



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 01 | 25 de fevereiro de 2016

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassets, no Centro Social Ouriquense em Vila Chã de Ourique, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Cartaxo.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:**

**Presidente**, senhor Gentil de Sousa da Pena Duarte (PS), **1.º Secretário**, senhor Augusto Gonçalves Parreira (PS) e **2.º Secretário**, senhora Ana Isabel Colto Bernardino (PS).

**PRESENCAS:**

Assinaram a *Lista de Presenças*, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal:

José Roque Gameiro dos Santos (PV-MPC)

José Manuel Morgado Antunes Barroso (PSD)

Elvira Felicidade Ferreira Rodrigues Tristão (PS)

Hélder Manuel Inácio Cunha Anacleto (PV-MPC)

Délio Modesto Pereira (CDU)

Maria Luísa de Freitas Pato, *em substituição* (PSD)

Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre (PS)

Maria Antonieta Lopes das Neves Rodrigues Tavares (PV-MPC)

António Garcia Nunes Morão (PS)

Vera Maria Marques Alves, *em substituição* (PSD)

José Francisco Rodrigues Fernandes (PV-MPC)

Rodrigo António Ferreira Amado Rodrigues (CDU)

Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar, *em substituição* (PSD)

Marco Bruno Lavrador de Oliveira Rodrigues (PS)

Pedro Tiago Garcia Trigo Menezes Leal, *em substituição* (PV-MPC)

Hugo de Almeida Narciso Gomes Vieira (PS)

Pedro Miguel Barata de Almeida (PSD)

Paulo André Ramalho Caetano, *em substituição* (PS)

Délio da Silva Pereira (PS)

João Carlos Madeira Martinez Bernardes, *em substituição* (PS)

Jorge Manuel Pisca de Amorim Lúcio (PV-MPC)

Manuel Alfredo Moreira Fabiano (PV-MPC)

José Alberto Alves Belo (PS)

Vasco Manuel Marques de Sousa Casimiro (PS)

**EXECUTIVO MUNICIPAL:**

Estiveram presentes da parte do executivo municipal, o Presidente da Câmara Municipal, senhor Pedro Miguel Magalhães Ribeiro (PS), o Vice-Presidente da Câmara Municipal, senhor Fernando Manuel da Silva Amorim (PS) e os Vereadores, senhora Sónia Margarida Pimenta da Piedade Teixeira Santos Serra



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(PS), senhor Vasco Manuel Henriques Cunha (PSD), senhor Nuno Filipe Rosa Nogueira (PV-MPC) e senhora Élia Cristina de Sousa Figueiredo (PV-MPC). -----

### SUBSTITUIÇÕES: -----

Nos termos legais, pediram substituição e foram substituídos os seguintes membros da Assembleia Municipal: senhora Antonieta da Concelção Paulino Pirralho (PV-MPC), senhor Pedro Miguel Ferreira Reis (PSD), senhor Jorge Luciano Gonçalves Nogueira (PSD), Maria Teresa Santos Ramalho Nogueira Antunes (PSD) e senhora Maria Filomena Calisto Gabirro Lopes (PS). O senhor Presidente da Junta da Freguesia da União de Freguesias Ereira e Lapa, senhor Fernando Manuel Inácio Ribeiro, não pôde estar presente, tendo sido substituído. -----

### ORDEM DO DIA: -----

Da presente sessão constava a seguinte *Ordem do Dia*, previamente elaborada e datada de dezanove de fevereiro do corrente ano: -----

1. Apreciação do relatório de atividade e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro/para apreciação;
2. Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo - Aprovação do tarifário para o ano de 2016/para deliberação;
3. Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo: participação do Município na Central de Compras – contrato de mandato administrativo/para deliberação;
4. Biblioteca Municipal Marcelino Mesquita\_ Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado do Município do Cartaxo/para deliberação;
5. Mercado Municipal do Cartaxo\_ Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado do Município do Cartaxo/para deliberação;
6. 4.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal do Cartaxo – Relatório de ponderação dos resultados da discussão pública e aprovação/para deliberação;
7. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal (P.º 431/2015/DIV) - Local: Quinta do Gaio – Vale da Pedra - Freguesia: Vale da Pedra - Requerente: SMUR – Sociedade De Multiplicação e Recriação Animal, S.A./para deliberação;
8. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal (P.º 445/2015/DIV) - Local: Rua do Desembargador – Vale da Pinta - Freguesia: União das Freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta - Requerente: Margem Presente - Unipessoal, Lda./para deliberação;
9. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal (P.º 449/2015/DIV) - Local: Sítio da Precateira, E.N. 365-2 – Vale da Pinta - Freguesia: União das Freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta - Requerente: Adega Cooperativa do Cartaxo, C.R.L./para deliberação;
10. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal (P.º 454/2015/DIV) - Local: Rua do Silvestre - Sítio de Vale de Algares – Vila Chã de Ourique - Freguesia: Vila Chã de Ourique - Requerente: Agropecuária Valinho, S.A./para deliberação;
11. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal (P.º 437/2015/DIV) - Local: Sítio da Cabreira - Rua Ferreira de Castro – Vila Chã de Ourique - Freguesia: Vila Chã de Ourique - Requerente: Agrípolva de José Manuel Ramalho Coelho/para deliberação;
12. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal (P.º 472/2015/DIV) - Local: Rua Alexandre Herculano, n.º 36 - Vila Chã de Ourique - Freguesia: Vila Chã de Ourique - Requerente: Casal D'oiro – Sociedade Agrícola, Lda./para deliberação;



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

13. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal (P.º 461/2015/DIV) - Local: Rua Prof. Fernando Jaime Soares Costa - Terras de Valada - Vila Chã de Ourique - Freguesia: Vila Chã de Ourique - Requerentes: Rodrigo Ribeiro Miranda e João Carlos Ribeiro Miranda/para deliberação.

**ABERTURA:** Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão quando eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos.

--- Agradeceu à freguesia de Vila Chã de Ourique, na pessoa do seu Presidente de Junta, a amabilidade em receber aquela sessão descentralizada da Assembleia Municipal do Cartaxo, bem como ao Centro Social que disponibilizou as instalações.

--- Saudou os membros da Assembleia Municipal, a comunicação social e agradeceu a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores. Fez uma saudação especial ao público presente e, informou que qualquer munícipe pode intervir na sessão da Assembleia Municipal, desde que comunique com vinte e quatro horas de antecedência, o seu nome e o assunto a tratar.

### ANTES DA ORDEM DO DIA

#### APROVAÇÃO DE ATA.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata presente, após constatar não existirem interessados em intervir no período destinado à sua apreciação.

#### 1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 14 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 23/12/2015.

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata supra mencionada, com dezanove (19) votos a favor, sendo nove (9) do PS, sete (7) do PV-MPC, um (1) do PSD e dois (2) da CDU e três (3) abstenções, sendo um (1) do PS (senhor João Bernardes) e duas (2) do PSD (senhores Pedro Barata e Gonçalo Gaspar).

#### DECLARAÇÃO DE VOTO:

➤ O membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PSD), disse: "Voto em abstenção pelo facto de não ter estado presente nessa Assembleia."

**VOTO DE PESAR - FALECIMENTO DO SENHOR SÉRGIO MANUEL ALVES NOGUEIRA ANTUNES, MARIDO DA DEPUTADA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO, SENHORA TERESA ANTUNES**  
- Subscrito pela Mesa e representantes dos grupos municipais.

A 2.ª Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura do voto de pesar, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 1), dela fazendo parte integrante; e que logo após o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação.

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar apresentado.



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTO DE PESAR - FALECIMENTO DO SENHOR EDMUNDO CALISTO GABIRRO - Subscrito pela Mesa e representantes dos grupos municipais. -----

A 2.ª Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura do voto de pesar, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 2), dela fazendo parte integrante; e que logo após o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar apresentado. -----

VOTO DE PESAR - FALECIMENTO DO SENHOR DOUTOR ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS - Subscrito pela Mesa e representantes dos grupos municipais. -----

A 2.ª Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura do voto de pesar, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 3), dela fazendo parte integrante; e que logo após o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar apresentado. -----

VOTO DE PESAR - FALECIMENTO DO SENHOR JOSÉ JOAQUIM GAMEIRO SOUSA GOMES - Subscrito pela Mesa e representantes dos grupos municipais. -----

A 2.ª Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura do voto de pesar, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 4), dela fazendo parte integrante; e que logo após o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar apresentado. -----

--- Foi cumprido um minuto de silêncio pelos quatro falecidos. -----

FREGUESIA DE VILA CHÃ DE OURIQUE - Intervenção do membro da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique, senhor Vasco Manuel Casimiro (PS). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique, senhor Vasco Manuel Casimiro (PS), no uso da palavra, começou por endereçar saudações ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros, ao senhor Presidente da Câmara Municipal e aos senhores Vereadores, à comunicação social e ao público. -----

--- Prosseguiu a sua intervenção com a leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 5), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a alocução finda e declarou o início de um período destinado a intervenções por parte dos grupos municipais, relacionadas com a Freguesia de Vila Chã de Ourique. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Nobre (PS) que, no uso da palavra, começou por endereçar saudações ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao senhor Presidente da Câmara Municipal, aos senhores Vereadores e restantes membros da Assembleia Municipal, à comunicação social e ao público presente. --

--- Prosseguiu a sua intervenção com a leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 6), dela fazendo parte integrante. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---Interveio a seguir o membro da Assembleia Municipal, senhor Hélder Anacleto (PV-MPC), em representação do seu grupo municipal, começando por cumprimentar os presentes, prosseguindo de seguida à leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 7), dela fazendo parte integrante.-----

Seguidamente usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Barata (PSD), que principiou por cumprimentar todos os presentes, em especial os fregueses de Vila Chã de Ourique.-----

--- Continuou dizendo que o PSD acompanhava as intervenções anteriores nas referências feitas a várias instituições e colectividades e às suas relevantes actividades naquela freguesia. Realçou que aquela era única freguesia em que o executivo era composto por três elementos de diferentes forças partidárias: Partido Socialista, PSD e os Independentes. -----

--- Prosseguiu a sua intervenção com a leitura do documento, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 8), dela fazendo parte integrante. -----

--- Depois, interveio o membro da Assembleia Municipal, senhor Rodrigo Rodrigues (CDU), que cumprimentou os presentes e, congratulou-se pela descentralização das sessões da assembleia municipal. Demonstrou satisfação pelo entendimento político do atual executivo da junta de freguesia de Vila Chã de Ourique, entendimento este, que na sua opinião, beneficia em muito a população. Seguidamente solicitou esclarecimento ao executivo municipal sobre a dívida do Estrela Futebol Clube Ouriquense e, sobre qual a solução para a obra da Imocom. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por saudar e cumprimentar os ouriquenses, os dirigentes associativos presentes, os eleitos da Assembleia Municipal, os membros do executivo camarário e a comunicação social. -----

--- Disse que se associava aos votos de pesar e manifestou as condolências à deputada Teresa Nogueira e à deputada Filomena Calisto pela perda recente dos respetivos familiares. -----

--- Saudou a iniciativa das sessões descentralizadas e, informou que, entre sessões da assembleia e, reuniões de câmara descentralizadas, só no mandato que está a decorrer já se realizaram mais do que nos últimos dez anos. Frisou que a prova de que vale a pena fazer-se reuniões descentralizadas, era que sempre que estas se efetuavam, tinham sala cheia. -----

--- Relativamente à questão da dívida do Estrela Futebol Clube Ouriquense disse, primeiramente, que até àquela data a Câmara Municipal, não tinha sido notificada para assumir responsabilidades sobre aquela matéria. Acrescentou que tinham existido um conjunto de declarações públicas que, pela forma como foram dirigidas, tinham induzido muitas pessoas em erro. -----

--- Destacou a importância social do trabalho desenvolvido pelo Estrela Futebol Clube Ouriquense, louvou a ação da atual direção do clube e disse que estes não mereciam a herança pesada daqueles que, no passado, não souberam salvaguardar os interesses do Estrela Ouriquense. Informou que, quando aquelas notícias vieram a público, a primeira atitude foi convocar uma reunião com os dirigentes do clube, para se inteirar melhor do assunto que estava em causa. Acrescentou que foi também solicitado ao Novo Banco informação sobre o assunto. -----

Esclareceu que os documentos a que tinha tido acesso eram um contrato de dois mil e sete, no valor de



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quatrocentos e cinquenta mil euros, num prazo a duzentos e quarenta meses; assinado pelo anterior presidente da direção, senhor Carlos Albuquerque e, um outro dirigente do clube, entretanto já falecido. Disse que o contrato dizia explicitamente que era sem garantias e, anexo ao contrato estava uma declaração assinada pelo Dr. Paulo Caldas, sem data, tendo seguidamente acrescentado que aquela declaração em nada comprometia a câmara; referiu que aquela situação lhe causava estranheza, mas que talvez assim se pudesse explicar grande parte da história do BES, como um somatório deste tipo de acontecimentos. Expressou que a câmara municipal estava ao lado do clube e, transmitiu que tinha aconselhado os dirigentes a recolher o máximo de informação sobre este assunto junto dos anteriores dirigentes e, a tentar dialogar com o banco para compreender melhor os contornos que envolveram a situação. Transmitiu que estavam a acompanhar a evolução do caso com preocupação, mas igualmente com interesse dada a importância do clube no Concelho. -----

--- Disse que tinha sido transmitida muita coisa de forma muito leviana, mas que era sua interpretação de que a Câmara não tinha qualquer responsabilidade naquela matéria e, que até à presente data, não tinha sido notificada nem pelo banco, nem por qualquer outra entidade a assumir responsabilidades. -----

--- Transmitiu que na passada reunião de Câmara, de dia 15 de fevereiro, tinha sido anunciada que a visita de trabalho à Quatro Âncoras seria no dia 8 de março, às 15h30. -----

--- Referiu que a escola básica de Vila Chã de Ourique já tinha sido alvo de uma intervenção por parte do município no valor a rondar os cinco mil e quatrocentos euros e, que estava a ser trabalhado um projeto e, que na visita técnica realizada naquele dia durante a manhã, tinham ficado já decididos alguns aspetos importantes. -----

--- Sobre a Rua Mariano de Carvalho informou que no final de março estaria pronto o caderno de encargos da obra, para depois ser lançado o concurso público e, tendo em conta os *timings* deste tipo de procedimento contava iniciar as obras ainda no decorrer do presente ano. -----

--- Transmitiu que a situação do jardim de infância de Vila Chã de Ourique tinha sido bastante preocupante nos últimos meses, pois desde novembro devido a uma baixa médica e à reforma de uma trabalhadora, a instituição ficou com metade das auxiliares que deveria ter. Esta situação decorreu das dificuldades de pessoal, que tinham sido colmatadas com os contratos Emprego-Inserção, mas que também estes tinham caducado em novembro/dezembro. Informou ainda que a Câmara tinha cerca de cinquenta contratos destes pendentes de aprovação no IEFP. Acrescentou que nas últimas duas semanas tinham conseguido resolver o problema e, que estavam agora as duas educadoras e quatro auxiliares no Jardim de Infância. -----

--- Quanto à questão da feira medieval disse ser uma questão complexa, pois a Junta de Freguesia na altura estava em gestão corrente e, não podia assumir responsabilidades. O papel da Câmara foi o de assegurar que o evento iria para a frente e, assegurou junto da empresa que, se a Junta entretanto não tivesse executivo, a câmara assumiria as responsabilidades. Demonstrou a sua perplexidade por ter sido o deputado Hélder Anacleto a levantá-la, pois este sabia o que se tinha passado. Informou ainda que não havia contrato nem com o Centro Social, nem com a Junta, nem com a Câmara. -----

**PROLONGAMENTO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA - Pedido apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, senhor Hélder Anacleto (PV-MPC).** -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa dispunha de um pedido de prorrogação do período de *Antes da Ordem do Dia*, apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, senhor Hélder Anacleto (PV-MPC), que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 9), dela fazendo parte integrante e, que submeteu a votação. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o prolongamento por mais trinta minutos do período de *Antes da Ordem do Dia*. -----

EXTENSÃO DA ORDEM DO DIA - MOÇÃO "PROJETO CIDADANIA ATIVA - JOVEM AUTARCA" apresentada pelo PSD. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PSD) para apresentação da proposta supra mencionada. O mesmo começou por cumprimentar todos os presentes e, dar uma saudação especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique que os recebia. -----

--- Prosseguiu fazendo a leitura do documento que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 10), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou o início do debate da moção apresentada e deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Eivira Tristão (PS), que cumprimentou os presentes e saudou a realização de mais aquela sessão da Assembleia Municipal descentralizada. Disse ter tido conhecimento pelas redes sociais, daquele projecto e, que lhe parecia ser uma iniciativa interessante e, que aquela proposta que pretendia trazer as experiências de cidadania e democracia para as vivências dos jovens. -----

--- Sobre a importação da iniciativa para o concelho do Cartaxo deixou algumas recomendações, nomeadamente, estando a funcionar o Conselho Municipal da Juventude, a proposta deveria ser debatida naquele órgão; a outra recomendação era a articulação desta nova iniciativa com as práticas já existentes no município, referindo-se em concreto às assembleias municipais de jovens, assim como ao projeto de orçamento participativo nas escolas. -----

--- Interveio a seguir o membro da Assembleia Municipal, senhor António Morão (PS), começando por cumprimentar os presentes, disse tratar-se de uma boa iniciativa para os jovens, que promovia a cidadania ativa, no entanto a proposta pareceu-lhe um pouco complexa em termos de implementação, pelo que sugeriu que fosse aligeirada, no sentido de ter eficácia em termos práticos. -----

--- Retomou a palavra o membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PSD), que agradeceu os contributos construtivos dados para aquela proposta. Disse que aquele era um projeto "em bruto" que deveria ser trabalhado após a sua aprovação, adequando-o à realidade do Concelho e à dinâmica da comunidade escolar e juvenil. Salientou que aquela proposta liderada pela câmara municipal teria dois parceiros essenciais: a comunidade escolar, a partir do Conselho Municipal de Educação e, movimento associativo juvenil do Conselho Municipal de Juventude que tinha atividade, espírito crítico e também tinha recursos humanos suficientes para melhorar a proposta, que deve ser melhorada, enriquecida, com novas regras, podendo assim ser mais um projeto, além do orçamento participativo juvenil, onde se possam envolver os jovens. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que relativamente ao orçamento participativo juvenil informou que estavam a trabalhar com os agrupamentos escolares, naquela matéria e, que ao longo do ano corrente iriam ter notícias sobre o projeto, que incidia essencialmente no 1.º ciclo do ensino básico. Saudou a iniciativa trazida pela bancada do PSD, que na sua opinião complementava o projeto do orçamento participativo juvenil, pois este tinha como público alvo o 1.º ciclo e, a iniciativa agora apresentada incidia sobre os 2.º, 3.º ciclos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando por terminado o período destinado à discussão do tema, submeteu a votação a proposta apresentada. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e, endereçá-la à Câmara. -----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO "CÂMARA MUNICIPAL INVESTE NA MELHORIA DAS ESCOLAS DO CONCELHO" – apresentada pelo PS. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Elvira Tristão (PS) para apresentação do voto de congratulação supra mencionado, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 11), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou o início do debate do voto de congratulação apresentado e deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Rodrigo Rodrigues (CDU), que, sobre a demolição do anexo e construção de telheiro na EB1 da Ereira, perguntou se a obra já tinha sido efetuada. -----

Interveio a seguir o membro da Assembleia Municipal, senhor José Gameiro (PV-MPC), que perguntou ao executivo se as obras elencadas no voto de congratulação eram extra orçamentais. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Barata (PSD), que disse pensar ser opinião unânime que as obras para o bem público eram todas elas alvo de congratulação, no entanto não compreendia a necessidade apresentar um voto de congratulação por meia dúzia de obras que eram a obrigação do executivo municipal. Salientou o facto de, no voto de congratulação constarem obras que ainda não estavam executadas. Esclareceu que o voto do PSD seria de abstenção, porque ficavam satisfeitos com obra em prol das populações, mas não podiam ser coniventes com a necessidade do auto elogio e da auto publicidade. Concluiu dizendo que se o voto de congratulação fosse para o envolvimento dos pais e encarregados de educação, dos docentes e não docentes, que se tinham envolvido de uma forma ativa, para além das suas funções e obrigações, o mesmo teria o voto a favor do PSD. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Elvira Tristão (PS) para intervenção final sobre o voto de congratulação, e disse que o mesmo, obviamente, envolvia tanto o trabalho do município, como o empenho e a parceria com os outros interessados: pais, escola, docentes e não docentes. Lembrou ainda que as restrições se deviam também ao incumprimento da lei das finanças locais, que mesmo com o orçamento de 2016 ainda não estava cabalmente a ser cumprida, tendo um aumento de 1,2% relativamente à dotação da anterior legislatura. --

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para resposta às questões colocadas. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal transmitiu que já estava adjudicado o procedimento para a Escola da Ereira e, durante as férias da Páscoa a intervenção iria ser feita. -----

— Relativamente à intervenção do deputado Pedro Barata (PSD) disse ter registado uma frase que subscrevia *"todas as obras para o bem público, todos nós nos congratulamos"*. Salientou que existia um instrumento fundamental para planear obras, chamado orçamento, que tinha sido objeto de apreciação e, que não tinha tido qualquer proposta alternativa por parte da oposição, mas tirando a abstenção dos dois presidentes de junta do movimento Paulo Varanda, a restante oposição votou contra. Terminou com outra frase do deputado Pedro Barata *"não vale a pena enganarmos as pessoas"*. -----

— Sobre a questão do deputado José Gameiro (PV-MPC) informou que não existiam obras fora de orçamento. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando por terminado o período destinado à discussão do tema, submeteu a votação o voto de congratulação apresentado. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o voto de congratulação *"câmara municipal investe na melhoria das escolas do concelho"*, com doze (12) votos a favor, do PS, e catorze (14) abstenções sendo sete (7) do PV-MPC e cinco (5) do PSD e duas (2) da CDU. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

- O membro da Assembleia Municipal, senhor Délio Modesto Pereira (CDU), na sua declaração de voto, disse: *"Abstivemo-nos em relação a esta votação porque estamos de acordo com as obras, mas não estamos de acordo que por fazer uma obra a câmara tenha de levar um louvor da assembleia municipal."*

VOTO DE CONGRATULAÇÃO "PLANO DE BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL 2016/2020"  
— apresentada pelo PS. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Nobre (PS) para apresentação do voto de congratulação supra mencionado, que para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 12), dela fazendo parte integrante. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à inscrição dos membros interessados em intervir na discussão do tema, momento após o qual deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PSD). -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PSD), no uso da palavra, disse que aquela proposta vinha na mesma linha da anterior. Reiterou que aquele voto de congratulação era atribuído sem sentido e, disse que era um voto de congratulação a um conjunto de intenções e, que se havia concelho farto de intenções e, onde tardavam as execuções era o do Cartaxo. Acrescentou que não sabia que o executivo municipal estava tão moribundo que precisasse que o Partido Socialista apresentasse duas propostas que não eram mais do que duas moções de confiança. -----

— Expressou a sua estranheza por o Partido Socialista referir as questões da rede viária municipal por esta se encontrar muito degradada e disse julgar que o voto de congratulação era atrevido e excessivo e, que por isso iriam votar contra. -----

De seguida interveio o membro da Assembleia Municipal, senhor José Gameiro (PV-MPC), que disse depreender que aquele voto de congratulação incidia sobre obras que estavam devidamente orçamentadas, deduzindo pelas palavras e esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara que, não



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iria haver durante o corrente ano nenhuma revisão orçamental. No entanto considerou que se o trabalho da câmara merecia aqueles votos de congratulação pelas obras que iam ser executadas, então pelo contrário, o executivo iria ter muitos votos de repúdio. -----

--- Prosseguiu dizendo que se estavam a congratular-se por "obrazitas" que ainda nem estavam concluídas, perguntava onde estavam as outras obras. Perguntou quando era que o Cartaxo deixava de ser uma vergonha no país, quando iam passar a ter a imagem do Cartaxo, onde as pessoas gostavam e eram felizes por viver, quando iam passar a ter orgulho em ser cartaxeiros. -----

--- Expressou que apenas aquelas obras não eram o bastante, para fazer transparecer que aquele executivo andava a fazer alguma coisa de positivo. Perguntou o que tinha melhorado na imagem do Cartaxo durante o mandato deste executivo. Acrescentou que achava que não tinham diminuído a "ta/ divida", mas que esse resultado iria ser demonstrado nas contas do município. -----

--- Concluiu considerando que aqueles votos de congratulação eram propaganda porque estavam a realizar uma sessão da assembleia descentralizada, para que o público acreditasse que estavam a trabalhar, no entanto tudo aquilo era uma pura mentira. Disse ainda que tinha votado contra o orçamento, porque aquele não era o seu orçamento. Referiu que o PS durante a campanha eleitoral tinha prometido fazer as pequenas grandes obras, mas que era uma vergonha porque as mesmas não existiam; disse que gostaria de se congratular por ser cartaxeiro e que, gostaria de ter a imagem de um Cartaxo que estava melhor. -----

Para a intervenção final o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Nobre (PS) que respondendo à intervenção do senhor José Gameiro disse que percebia o facto de o orçamento apresentado pelo executivo municipal, não fosse o seu orçamento, percebia que o incomodasse os orçamentos deste executivo municipal tendo em conta os orçamentos apresentados pelo executivo anterior, pois eram instrumentos com rigor. Acrescentou não compreender a leitura que o deputado José Gameiro fazia das contas apresentadas, mas certamente não estaria a falar com os credores que o município tinha e, que estavam a ver as suas dívidas regularizadas. Lamentou aquela intervenção que só poderia ser explicada por bipolarismo, esquizofrenia ou falta de memória, pois não passava a credibilidade que o interveniente queria fazer passar. -----

--- Relativamente à intervenção do deputado Gonçalo Gaspar disse que a estranheza sentida poderia ser explicada pela distração da atividade política. Salientou que aquele era um plano de beneficiação da rede viária que estava estendido num prazo temporal e, que pela primeira vez estava a ser proposto e definido juntamente com os presidentes de junta. Expressou que gostaria que se fizesse uma análise mais séria das propostas que o Partido Socialista trazia à assembleia municipal, pois o que o executivo estava a fazer era assumir o que era sério para poder cumprir com os seus compromissos e, não decidir tudo unilateralmente, sem definir prioridades e, a mandar areia para os olhos das pessoas dizendo que havia dinheiro para tudo e, para fazer face a todas as dificuldades. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando por terminado o período destinado à discussão do tema, submeteu a votação o voto de congratulação apresentado. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o voto de congratulação "plano de beneficiação da rede viária municipal 2016/2020", com catorze (14) votos a favor, sendo treze (13) do PS



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e um (1) do PV-MPC (senhora Maria Antonieta Tavares), sete (7) votos contra, sendo cinco (5) do PSD e duas (2) da CDU e cinco (5) abstenções do PV-MPC. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da existência de mais três pedidos de intervenção. -----

SPORT LISBOA E CARTAXO - Intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor Délio Modesto Pereira (CDU). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Délio Modesto Pereira (CDU), que começou por saudar os presentes e expressar a sua satisfação pelo elogio feito ao associativismo nas intervenções iniciais, no entanto referiu que aqueles louvores davam a ideia errada de que o associativismo estava em alta. -----

--- Depois, questionou o senhor Presidente da Câmara quanto à resolução do campo do Sport Lisboa e Cartaxo. Salientou que o clube tinha nas suas classes de formação duzentas e trinta crianças e, que parecia que não se tinha dado a devida importância ao trabalho que se tem feito no clube a nível das classes jovens. -----

--- Concluiu reforçado a questão "Para quando um terreno onde o SLC possa construir um campo para que os miúdos possam praticar futebol?". Acrescentou ainda que sabia que a câmara não tinha responsabilidades diretas neste assunto, mas tinha a responsabilidade de ajudar as coletividades a fomentar o seu trabalho. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR JOSÉ FRANCISCO (PV-MPC).-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Francisco (PV-MPC), que começou por cumprimentar a Mesa, o executivo, os membros da Assembleia Municipal, a comunicação social e o público presente. -----

--- Questionou diretamente o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o saneamento básico nos Casais da Amendoeira e, a construção de passeios naquela mesma localidade. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR VASCO CASIMIRO (PS). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Vasco Casimiro (PS), que disse querer dar resposta a uma questão colocada pelo deputado Pedro Barata relativamente ao trânsito da freguesia de Vila Chã de Ourique e, à colocação de sinais. -----

--- Informou que relativamente à Rua Fernando Jaime Soares Costa já tinha sido aprovado em Comissão de Trânsito toda a sinalização da mesma, com restrição para camiões acima das dez toneladas. Referiu que a sinalização da vila estava a ser colocada desde o final do ano passado, mas que por falta de funcionários ainda não estava concluída. Terminou salientando que os primeiros sinais colocados foram roubados passado algumas horas. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR JOSÉ BARROSO (PSD). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Barroso (PSD), que cumprimentou todos os presentes e, disse que queria apenas demonstrar o seu descontentamento face a uma notícia que tinha lido sobre a Associação de Pais ter falado com o senhor Presidente da Câmara sobre a possibilidade de agrupar as escolas n.º 1 e 2 na

4.  
89



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

antiga escola do centro, sem ter primeiro dado conhecimento da ideia ao diretor do Agrupamento de Escolas. -----

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SENHOR RODRIGO RODRIGUES (CDU). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Rodrigo Rodrigues (PSD), que questionou sobre a data prevista para uma intervenção na área envolvente à nova EB 2,3 do Cartaxo, nomeadamente nos acessos pedonais. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para resposta às questões colocadas. O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse sobre a questão do campo do Sport Lisboa e Cartaxo, que a mesma devia ser dirigida à direção do clube. Lembrou que durante o período em que houve protocolos foram muitos milhares de euros para aquele clube e, chegou-se à presente data, em que porventura um dos maiores clubes do concelho era o único que não tinha nada seu: não tinha sede, não tinha campo, não tinha uma carrinha, existiam problemas graves no clube. Disse que a câmara procurava ajudar o clube no que eram as suas possibilidades: o clube usava o estádio municipal a título gratuito; a câmara desencadeou um processo de expropriação do atual Campo das Pratas, pois entendeu que existia ali muito investimento público, o clube tem uma dimensão significativa ao nível da formação de jovens do concelho, promovendo a saúde, o desporto, hábitos de vida saudável. -----

--- Sobre a vergonha de que o deputado José Gameiro falou, disse que realmente, existiam algumas situações de que se deveriam envergonhar, existiram erros crassos em toda a situação do Campo das Pratas; as pessoas que o deputado José Gameiro apoiou, o último presidente que foi apoiado por aquele deputado deixou de pagar um contrato de arrendamento que a câmara tinha assumido, o que deu uma arma ao proprietário, para poder denunciar o contrato. Parecia-lhe, no entanto, que o senhor deputado se tinha esquecido; *"muda-se a bancada, mudam-se as vontades e as sensibilidades"*. Continuou dizendo que o Dr. Paulo Caldas tinha assinado com o proprietário um "contrato", que dava quinhentos mil euros de indemnização ao proprietário, se em alguns anos não tivesse a revisão do PDM efetuada; esta situação está em tribunal, pois o proprietário reivindica a indemnização. -----

--- Prosseguiu dizendo que a CDU votava sempre contra tudo nas sessões da assembleia, devido à lei dos compromissos: refeições escolares, transportes escolares, ... Se amanhã fosse trazida aquela assembleia uma proposta para apoiar o clube na compra de um terreno, a CDU iria votar contra por causa da lei dos compromissos. Disse que tínhamos de ser coerentes com aquilo que dizíamos e fazíamos. -----

--- Acrescentou que a Câmara estava empenhada no assunto, mas que também tínhamos de nos colocar do lado do proprietário e, que o histórico que o senhor alega eram muitos anos a ser desconsiderado, um Presidente de Câmara que assina um contrato que lhe promete quinhentos mil euros de indemnização, num contrato nulo, portanto ele sentia-se defraudado. -----

Em relação à questão do saneamento básico nos Casais da Amendoeira, disse que tinham tido há cerca de duas semanas a uma reunião com o Secretário de Estado do Ambiente, a Cartágua já tinha ido com a Câmara a reuniões tanto no Ministério do Ambiente, com na Agência Portuguesa do Ambiente e, a expectativa era de que esse assunto ficasse resolvido no decorrer do presente ano. Salientou que inerente a este assunto estava a divergência entre o atual executivo e a direção da Cartágua, porque para o



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anterior Presidente da Câmara, que o deputado José Gameiro tinha apoiado, não existia problema algum, pois aprovou nas costas das pessoas um aumento de mais de trinta por cento no tarifário da água; foi na altura emitida uma nota de imprensa, onde esse aumento tinha sido omitido e ocultado. Relativamente aos passeios disse que estava a ser tratado com a junta de freguesia. -----

--- Sobre os acessos pedonais à nova EB 2,3 do Cartaxo esclareceu que a situação tinha a ver com as cheias urbanas e, a Rua Manuel Bernardes das Neves era um bom exemplo do mau planeamento urbano, pois foi construído em cima de uma linha ali existente uma esquadra da PSP e uma escola. A escola nova foi construída com um planeamento/projeto péssimo: um equipamento de fornecimento de energia que tinha de estar desligado, pois tinha um consumo brutal, um projeto de iluminação mau, uma escola sem recreio, uma escola que basta as crianças encostarem as mochilas à parede que ficava toda riscada, onde nem se tinha cuidado levar as crianças à escola. Acrescentou que estava planeada a requalificação daquela rua, com uma intervenção que tem de ser efectuada na zona das padarias para escoar as águas pluviais e fazer os passeios. -----

--- Relativamente à questão suscitada pelo senhor José Barroso disse que tinha comunicado em reunião de câmara que, havia a ideia da Associação de Pais de abordar o diretor sobre a ideia de agrupar as escolas n.º1 e n.º2 na antiga Escola do Centro, mas que esta ideia tinha poucas possibilidades de ser concretizada. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Gameiro (PV-MPC), para defesa de honra, que disse que o senhor presidente do executivo na sua intervenção, que considerou morosa, citou o seu nome e, lembrou que nunca pertenceu a nenhum executivo camarário, mas que ele, Pedro Ribeiro, tinha sido vice-presidente dos executivos de Paulo Caldas, tendo-se ficado agora a saber que não concordava com ele. Referiu que o senhor Presidente da Câmara fazia parte do problema, gostaria que ele se retratasse e fizesse parte da solução. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de *Antes da Ordem do Dia* e anunciou a existência de duas inscrições para o período de *Intervenção do Público* [ao qual se fará referência na presente ata, de acordo com o estatuído na lei, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia]. -----

--- Concluído o período de *Intervenção do Público*, informou que os trabalhos iriam ser interrompidos para um pequeno intervalo, findo o qual verificando a existência de quórum, declarou o reinício dos trabalhos com o período da *Ordem do Dia*. -----

[Os membros da Assembleia Municipal senhora Luisa Pato (PSD) e senhores José Francisco e Manuel Fabiano (PV-MPC), não estiveram presentes no Período da Ordem do Dia.] -----

### ORDEM DO DIA



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o primeiro ponto da *Ordem do Dia* e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer o enquadramento da matéria. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por destacar na página vinte e quatro a situação dos bombeiros municipais, tendo-se verificado a perda de efetivos nos últimos anos, informou que já tinha sido solicitada reunião e autorização especial para contratar pessoal ao senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais e ao senhor Secretário de Estado das Finanças. Que em consequência da falta de pessoal foram recusados alguns serviços, mas que foram assegurados pela rede de bombeiros existente. Em seguida, deixou uma nota sobre a página quarenta e quatro onde eram referenciadas as faltas ao trabalho. Referiu que cerca de trinta e três por cento das faltas estavam relacionadas com problemas de saúde, valor bastante significativo quando espelhado no total de dias de ausência ao serviço. -----

--- Por fim, disse ficar disponível para responder às questões que os membros pretendessem suscitar. ---

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do ponto, momento após o qual, deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PSD), que começou por referir a página vinte e dois onde eram mencionados um conjunto de mecanismos de comunicação interna/externa, nomeadamente *newsletters* e *clippings* de imprensa e, sugeriu que aquele tipo de ferramentas poderia ser disponibilizado aos membros da assembleia municipal. -----

--- Mencionou depois a página quarenta e sete e, verificou que continua a existir um aumento da despesa com pessoal; perguntou a que se devia aquele aumento. -----

--- Sobre as actividades descritas no relatório sobre as intervenções nos espaços verdes disse que lhe pareciam poucas as ações relativamente a um Cartaxo que ainda tinha muitos passeios por recuperar, muitas zonas por requalificar, muitos jardins por cuidar. Disse compreender as restrições a nível de recursos humanos, contudo achava que o concelho deveria ter uma visão ao nível urbanístico mais cuidada. -----

--- Relativamente à página setenta e um que elenca um conjunto de atividades sobre dinamização da economia local questionou que tipo de iniciativas se estava a falar, uma vez que o comércio local continua com algumas reclamações, nomeadamente no que respeita à iluminação pública. Pediu esclarecimento sobre as atividades em dois mil e quinze que visaram a promoção do comércio local. -----

--- No que dizia respeito ao turismo e, à participação da Câmara Municipal em várias feiras onde promove o concelho e os restaurantes locais, sugeriu que fosse feita uma análise do investimento feito e, se a economia tinha tido retorno dessa presença. -----

--- Sobre o levantamento feito na página setenta e cinco, do número de visitas ao Museu Rural e do Vinho, disse verificar-se uma diminuição das mesmas, pelo que perguntou se a câmara tinha uma estratégia delineada para de impulsionar a dinâmica do museu, quer através do estabelecimento de protocolos com as comunidades escolares e seniores, dentro e fora do concelho. -----

Interviu de seguida o membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira (PS), que cumprimentou



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os presentes e, felicitou o executivo por fazer avançar a revisão do PDM e, disse esperar que aquela revisão trouxesse a modernização e atualização daquele instrumento par o que eram as expetativas dos empresários do município. Destacou audição pública dos empresários e munícipes no âmbito da revisão do PDM e, o facto destas sessões se realizarem não só nas sedes de freguesia e união de freguesias, mas também nas antigas freguesias. -----

--- Terminou perguntando se existia alguma previsão, naquilo que dependia da câmara, para a finalização daquele processo. -----

De seguida, pediu e usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, senhora Elvira Tristão (PS), que realçou a dinâmica da atividade concelhia, tanto a autárquica, como a associativa, independentemente dos constrangimentos e, do estado depressivo, fruto de um ambiente de resgate, as pessoas não baixaram os braços e continuam a trabalhar em prol das suas comunidades. -----

--- Observou que, a nível dos espaços verdes e limpeza urbana, a situação em que se encontrava sobretudo a sede do concelho não era satisfatória; reconhecia o esforço feito nos dois últimos trimestres de dois mil e quinze para melhorar, mas essa situação no passado trimestre não era tão visível. Terminou colocando a questão de que o que estaria o executivo a pensar fazer para retomar o esforço e eficácia dos últimos trimestres em relação à limpeza urbana e espaços verdes. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que sobre a questão dos espaços verdes disse que a linha de orientação era reformular os espaços com espécies de baixo consumo de água e, de pouca manutenção, pois sem esta reconversão não era possível ao município assegurar uma adequada manutenção dos espaços verdes. -----

--- Sobre as questões dos comerciantes referiu que há muito se batia por uma associação de comerciantes, porque era impossível qualquer câmara municipal que queira articular trabalho com o comércio não ter um interlocutor, nomeadamente para horários de recolha de lixo, para atividades de dinamização de rua, era impossível, não era exequível cada vez que era necessário articular alguma situação convocar sessenta ou setenta pessoas. Lamentou também o facto de muitas das situações lhe chegarem através do jornal, quando as pessoas podem dirigir-se à câmara ou enviar e-mail, sendo mais fácil de encontrar soluções. -----

--- Deu conhecimento que estava a ser desenvolvido um projeto com a Lezíria do Tejo de uma app, onde a restauração, o comércio, onde dormir, o que visitar e algumas informações municipais irão estar plasmadas. Sobre a estratégia para o Museu do Vinho informou que estavam a trabalhar para implementar uma nova vivacidade àquele equipamento. -----

--- Relativamente às questões do deputado Hugo Vieira transmitiu que, no âmbito a revisão do PDM, iriam percorrer durante o mês de março todas as freguesias, para recolher contributos e prestar esclarecimentos. Informou que a par da revisão deste instrumento, têm-se operado algumas alterações, que de sobremaneira tinham ajudado a resolver muitos problemas que estavam pendentes. -----

--- Sobre as questões da limpeza urbana acrescentou que era fundamental um reforço de meios humanos nesta área operacional, não se pode ter apenas três funcionários para cuidar da limpeza da cidade. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Barata (PSD), para um ponto de ordem à mesa, que disse que já tinha dito várias vezes, que a Mesa apela à capacidade de síntese dos membros da assembleia municipal, mas nunca apelava à

X 89



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capacidade de síntese do senhor Presidente da Câmara e ter um critério igual para todos. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que para cada ponto da Ordem do Dia tinham vinte minutos para debate; não tendo ainda passado sequer catorze minutos sobre o início da discussão, disse que não lhe parecia muito cabal aquele ponto de ordem, não estando pressionados pelo tempo. -----

— De seguida deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Gonçalo Gaspar (PSD), que solicitou resposta à questão sobre a despesa com pessoal, sobre a participação da câmara em feiras de turismo e, sobre as páginas cento e vinte e cinco e cento e vinte e seis, que tinha a ver com as ações judiciais, qual seria o impacto que poderão ter os valores, se forem perdidas, na dívida da câmara. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Délio Perelra (PS), que sugeriu à Mesa que o senhor Presidente da Câmara, quando lhe fossem solicitados esclarecimentos, fizesse como os seus antecessores: dizia que ia responder por escrito e, depois nunca respondia, para que assim se evitassem os constrangimentos da demora dos esclarecimentos. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer que o aumento da despesa com pessoal era explicado pelas indemnizações e, com as horas extraordinárias dos bombeiros e proteção civil. Quanto às ações judiciais estavam contempladas na rubrica provisões, riscos e encargos. -

— Prosseguiu solicitando ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que fosse concedida a palavra à senhora Vereadora Sónia Serra, para resposta sobre a participação em feiras de turismo. ----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Vereadora Sónia Serra, saudou os presentes e mencionou que única participação em feiras que a câmara teve durante o ano de dois mil e quinze, tinha sido na Feira da Agricultura, num stand pago pela CIMLT, onde o município teve um dia em que dinamizou o stand com vários produtos produzidos no concelho, nomeadamente: vinho, chocalhos, cadeiras de Vale da Pinta, caspiadas e animação cultural. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto. -----

➤ A Assembleia Municipal apreciou o relatório de atividade e da situação financeira da Câmara Municipal. -----

### 2. CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CARTAXO - APROVAÇÃO DO TARIFÁRIO PARA O ANO DE 2016. -----

#### Proposta de Deliberação N.º 06/PC-PMR/2016 -----

*"No seguimento da deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária de 21 de dezembro de 2015, que aprovou a proposta de tarifário, alternativa, formulada pelos serviços municipais, foi dado conhecimento à Cartágua - Águas do Cartaxo, SA, através do ofício 80/DAOEM/AATA, de 04 de janeiro de 2016, tendo esta apresentado a sua reserva através do ofício 0039/2016, de 14 de janeiro.*

*Face ao exposto, proponho que:*

1. A Câmara Municipal tome conhecimento e delibere sobre a posição tomada pela concessionária.
2. A Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de tarifário alternativa aprovado em reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2015.



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*"Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro tenho a honra de propor que a Assembleia Municipal delibere aprovar a proposta de tarifário para 2016, relativa ao contrato de concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de água e Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, aprovada em reunião de Câmara de 21 de Dezembro de 2015."*

*O Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo,*

*Pedro Magalhães Ribeiro"*

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que proferiu ser aquele um assunto amplamente discutido antes da Ordem do Dia. Disse que as normalmente todas as notas informativas eram divulgadas no site da câmara e, por coincidência a nota informativa que tinha ido para as redações dos jornais e, não estava no site da câmara, dizia respeito ao contrato adicional aprovado em assembleia municipal, em fevereiro de dois mil e treze, redigida pelo então presidente de câmara que leu e, para melhor compreensão se anexa à presente ata (Anexo n.º 13), dela fazendo parte integrante. -----

— Referiu que aquele era um documento bastante interessante, pela falta de transparência e um exemplo do que foi a gestão do processo da Cartágua, em tudo opaco, nada transparente. Disse que para si não era normal, que a câmara municipal estando a decidir um contrato a trinta ou trinta e cinco anos, num assunto tão importante como a água, que da parte do Eng. Paulo Varanda, quando confrontado com isto em reunião de câmara, ficou em silêncio. -----

-- Questionou que pareceres técnicos tinham sido obtidos para levar o assunto a reunião de câmara e a sessão de assembleia municipal. Nenhum. Basearam-se na informação que a Cartágua tinha dado e, no aumento que pediram. Não existia um parecer técnico de um serviço camarário, todos tinham sido afastados do processo: divisão de obras, área de águas e saneamento; todos foram afastados do processo, mas houve cerca de cinquenta mil euros, para pagar em dois ou três anos, a um gabinete jurídico; não houve dois mil e quinhentos euros para um consultor técnico na área das águas. Saliu a pergunta que ficava era "a troca de quê é que isto foi feito desta forma, a troca de quê foi escondido, em ano de eleições, o factor Z, que implicava que em seis anos, o tarifário da água tivesse um aumento brutal de trinta e quatro por cento". Terminou proferindo que era sobre esta situação que gostaria de ouvir o Eng. Paulo Varanda, os vereadores do movimento Paulo Varanda, os deputados municipais do movimento Paulo Varanda, pois esta situação sim era falar de vergonha. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do tema, dando a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Marco Rodrigues (PS), que começou por cumprimentar os presentes e, dizer que como era sabido aquele era um assunto que lhe era caro, por isso, perguntou diretamente presidente do executivo, qual o ponto de situação solicitada por aquele executivo ao contrato adicional, celebrado pelo anterior executivo com a Cartágua. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Barroso (PSD), que perguntou, uma vez que as negociações tinham sido retomadas já há cerca de dois anos e, sem fim à vista, se o adiar de acordo iria ter ou não repercursões para os munícipes. -----

Interveio a seguir o membro da Assembleia Municipal, senhor Délio Modesto Pereira (CDU), que disse ter a sensação de que a história se estava a repetir, parecia-lhe que o debate de toda aquela noite



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era uma repetição, pois tinha-se falado da revitalização do pequeno comércio, quando se tinha aberto as portas às grandes superfícies que eram como eucaliptos, secavam tudo à sua volta; fechou-se as portas a quem queria visitar o Cartaxo, fechando a estrada nacional, acabando o jardim em frente da câmara e, despovoando a principal via de acesso ao pequeno comércio. A pergunta que colocava era se os consumidores iriam ou não ser prejudicados com a renegociação do contrato, pois o anterior executivo, que também era socialista, tinha privatizado as águas prejudicando os munícipes e, depois ainda tinha feito aquela *negociata* do contrato adicional. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor José Gameiro (PV-MPC), que disse que o ponto em questão era a aprovação de um tarifário pelo que colocava algumas questões. Efetivamente aquele tarifário tinha ou não a concordância do outro lado e, se não havendo acordo qual era a penalização que os munícipes iriam ter. Questionou se realmente as rendas continuavam a não ser pagas e, se estavam a fingir que estava tudo resolvido. -----

--- Acrescentou que, o senhor presidente do executivo tinha pedido para alguém ligado ao movimento Paulo Varanda se pronunciar sobre o contrato adicional, lamentou não se poder pronunciar pois não fazia parte da assembleia nessa altura, mas recordou que o contrato tinha sido aprovado com os votos a favor da bancada do PS e, uma abstenção de um presidente de junta do PSD, sendo na altura o presidente da concelhia do PS o senhor Pedro Ribeiro, pelo que solicitou esclarecimento sobre as tomadas de posição que tinha tido sobre os elementos que estavam eleitos na bancada. -----

O membro da Assembleia Municipal, senhor Marco Rodrigues (PS), pediu e usou da palavra para esclarecer que da bancada do PS, os eleitos que estavam presentes naquela assembleia e, que tinha votado contra o contrato adicional era ele próprio. Os outros elementos que eram do PS na altura e, que votaram a favor estavam atualmente na bancada do senhor José Gameiro. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor António Morão (PS), que perguntou para quando se previa uma solução aceitável para ambas as partes, uma vez que aquele processo já se arrastava há algum tempo. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, em resposta à questão suscitada, pelo deputado Marco Rodrigues, disse que havia mérito do gabinete de advogados, que tinha redigido o contrato e, que tinha custado mais de quinhentos mil euros, pois tinham escondido muito bem o factor Z. Disse ter a certeza que os dois elementos da bancada Paulo Varanda, que na altura eram do PS, não sabiam na altura em que votaram a favor de que o aumento era de trinta e quatro por cento, pois ninguém sabia. Sobre as posições públicas tomadas pela concelhia do PS na altura disse que bastava ir ao site e consultar, porque não tinham sido apagadas. -----

--- Proferiu ser aquele um assunto amplamente discutido naquele órgão, não obstante considerava importante fazer um breve histórico. Assim, transmitiu que, quando tomaram posse, foram confrontados pela Cartágua com um aumento de água, para o ano de dois mil e catorze, que contemplava o denominado fator Z. Salientou que o factor Z tinha sido claramente omitido, pois quem estava de boa fé e fazia uma gestão transparente não esconderia um aumento de tarifário daquela dimensão, era ano de eleições. Referiu que tinha sido naquele momento que tudo começara; chamaram-se os serviços da câmara e, solicitaram o dossier sobre o assunto, onde se comprovou que não existia parecer técnico algum sobre aquela matéria. O decisor político focou em si toda a decisão sem pareceres técnicos.



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esclareceu que tinha sido aquele o ponto de partida para um trabalho que estava a ser feito, de grande complexidade, recuar no tempo um contrato e, começar tudo de novo, tinha feito com que houvesse aquele impasse. -----

--- Respondendo a todas as questões, disse que ainda não estavam em fase de negociação, mas que a determinado momento do processo a Cartágua estava tão desesperada que propôs que fosse a câmara a fazer o tarifário, no entanto a câmara queria o tarifário que fosse justo, ou seja, o tarifário que de acordo com o caso base, que estava estudado se adequasse aquilo que era a relação de oferta, procura e estimativas de taxa de rentabilidade, que a Cartágua tinha em relação ao contrato. Esclareceu que o contrato estava alicerçado em projeções demográficas, que faziam com que os consumos dos contadores duplicassem, pois tinha-se inventado aquela projeção demográfica que dizia que o Cartaxo iria duplicar a população, ou seja, a taxa de rentabilidade estava em função dos caudais; tinha-se chegado à conclusão que a população não iria crescer daquela forma e, que em tempo de crise os caudais não cresciam naquela proporção, o ponto de encontro daria o factor Z. Então a Cartágua propõe um aumento de tarifária de trinta por cento e a câmara diz que sim. Disse que sobre aquela matéria o deputado José Gameiro não falava, pois os silêncios daquela parte em relação àquela matéria eram absolutos. O que estava ali em causa era um presidente de câmara que tinha recebido uma proposta de aumento de trinta por cento e aceitava sem estudar e, além disso omitiu e escondeu dos cartaxeiros. Proferiu que estariam em negociação quando existisse um valor para o factor Z e explicou que já o tinham encontrado, mas que o número era tão abaixo daquele que a Cartágua tinha proposto que ainda não o tinham divulgado, sem que a Cartágua envie o contraditório. -----

--- Referiu que para o atual executivo aquilo era muito simples: se o factor Z não era trinta, era vinte tínhamos um problema: o anterior presidente da câmara leva um processo por gestão danosa e, a Cartágua iria ter de renegociar o processo obrigatoriamente; o factor Z afinal era quarenta: o anterior presidente da câmara leva um louvor, do nada até tinha feito um bom negócio; chega-se à conclusão que o número estava correto, renegoceia-se que o factor seja amortizado em vez de em seis anos, em oito para que os aumentos sejam mais suaves. Em todos os cenários apresentados a população nunca iria ser prejudicada. -----

--- Terminou com a informação de que o contrato adicional, segundo um parecer do ERSAR, tinha tido para a câmara perdas diretas no valor de seis vírgula nove milhões de euros, não era apenas o aumento de tarifário para os cidadãos, era um grande impacto que não tinha sido devidamente estudado. Acrescentou que lhe parecia justo para a Cartágua ter um aumento de tarifário, pois a formula base não estava de acordo com o que eram as tendências demográficas do concelho; naquela proporção tinha de ser estudado tecnicamente, que era o que estava a ser feito, para se achar qual a proporção que assiste razão para a Cartágua fazer o aumento. Frisou que depois de se chegar a essa percentagem, havia ainda para decidir em quantos anos ela seria diluída, pois num contrato de trinta anos, existia muito tempo para o fazer. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, não tendo registo de mais inscrições de membros interessados em intervir, deu por concluída a apreciação do ponto; e submeteu a votação a proposta apresentada. -----

4.  
803



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta de tarifário, com quinze (15) votos a favor, sendo treze (13) do PS e dois (2) da CDU, e oito (8) abstenções sendo cinco (5) do PV-MPC e três (3) do PSD, aprovada em reunião de Câmara de 21 de dezembro de 2015. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

• O grupo municipal do PV-MPC, através do membro da Assembleia Municipal, senhor Hélder Anacleto, disse: "A nossa abstenção é devido ao facto de ainda não haver acordo entre a câmara e a Cartágua." -----

### 3. CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO: PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA CENTRAL DE COMPRAS – CONTRATO DE MANDATO ADMINISTRATIVO. -----

Proposta de Deliberação N.º 21/PC-PMR/2016 -----

"Considerando que:

O projeto de compras eletrónicas que a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e os Municípios que a integram vêm desenvolvendo, através da constituição da CCE-CIMLT, permitiu obter poupanças financeiras estimadas na ordem dos 13,8 milhões;

O acumular de experiência adquirida no âmbito das compras eletrónicas, desde a data de constituição da CCE-CIMLT, em 2011, permitiu a introdução de melhoramentos nas regras de funcionamento da CCE-CIMLT;

Ao mesmo tempo, o referido acumular de experiência determinou a adoção de um novo modelo de acordos quadro a adotar em compras futuras, o que, naturalmente, convergiu na introdução de ajustamentos e alterações no Regulamento Orgânico da CCE;

O alargamento do âmbito subjetivo da CCE-CIMLT apresenta-se como uma medida suscetível de garantir um incremento dos resultados financeiros associados ao projeto de compras eletrónicas;

Assim, revela-se necessário que as entidades integrantes da CCE-CIMLT celebrem um novo contrato de mandato administrativo, através do qual manifestam a sua vontade em aderir ao Projeto.

Para análise da proposta em discussão, foi apresentado o Regulamento da Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e uma proposta de Contrato de Mandato.

Assim, nos termos e para os efeitos previstos na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do

Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e no n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 12.º do Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central Eletrónica de Compras da CIMLT na atual redação, propõe-se que câmara municipal delibere:

- i. Submeter à Assembleia Municipal a proposta de autorização da celebração do Contrato de Mandato Administrativo e celebrar entre o Município e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, em conformidade com o teor do Anexo I;
- ii. Submeter à Assembleia Municipal a proposta de aprovação do pedido de adesão a apresentar pelo Município do Cartaxo à Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

"A Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere autorizar a celebração do Contrato de Mandato Administrativo e celebrar entre o Município e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, em conformidade com o teor do Anexo I e aprovar o pedido de adesão a apresentar pelo Município do Cartaxo à Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo."



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara Municipal,  
Pedro Magalhães Ribeiro

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, disse que o assunto era esclarecedor, acrescentou apenas que aquele era um projeto CMILT, consensualizado entre todos os municípios, foram os técnicos de todos os municípios a preparar aquela matéria, portanto ele era devidamente explícito, no entanto se houvesse alguma questão estaria ao dispor para esclarecer. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do tema. -----

--- Não tendo registado qualquer inscrição para o efeito, submeteu a votação a proposta apresentada. ----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com 21 votos a favor sendo treze (13) do PS, cinco (5) do PV-MPC e três (3) do PSD e 2 votos contra da CDU. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

- O grupo municipal da CDU, através do membro da Assembleia Municipal, senhor Rodrigo Rodrigues, disse: "Nós votámos contra por uma questão de princípio e, porque embora compreendamos os motivos, a famosa economia de escala, que na nossa opinião não vem ajudar o comércio local, pois poderia haver muitas coisas que poderiam ser adquiridas dentro do nosso concelho, no nosso comércio e, face a este acordo passarão a não ser." -----

#### 4. BIBLIOTECA MUNICIPAL MARCELINO MESQUITA\_ DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DO CARTAXO. -----

Proposta de Deliberação N.º 20/PC-PMR/2016 -----

"Considerando que:

Consta do sistema de inventário e cadastro municipal do Município do Cartaxo, inscrito sobre o n.º 6, o imóvel denominado "Biblioteca Municipal Marcelino Mesquita", doravante biblioteca.

A biblioteca foi inaugurada em 02/12/1956, encontrando-se atualmente edificada em dois prédios contíguos.

Concretizando:

- a) Prédio doado ao município por António Mesquita Ressano Garcia, por testamento cerrado, correspondente à casa da sua mãe, sito na rua Dr. Marcelino Mesquita, que confronta a norte com a rua do Gil, a sul com a rua Dr. Marcelino Mesquita, a nascente com João Jorge e a poente com António Simões Serralheiro. Superfície coberta: 112 m2, dependência 578 m2 e logradouro 2.300 m2. Este prédio encontra-se omissa na conservatória de registo predial e inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 854 da União de Freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta.
- b) Prédio com a descrição n.º 4480 da freguesia do Cartaxo e matriz urbana sob o artigo n.º 1636 da União de Freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta, sito na rua Dr. Marcelino Mesquita, que confronta a norte e nascente com Francisco Simões Serralheiro, a sul com prédio da Câmara Municipal e a poente com a rua Dr. Marcelino Mesquita, e que corresponde ao prédio para o qual a biblioteca foi ampliada.

A biblioteca, atualmente com a área de implantação e construção de 405,49 m2, com a área descoberta de 420,47 m2 e a área total do terreno de 825,96 m2, localiza-se na rua Dr. Marcelino Mesquita n.ºs 7 e 9, 2070-102 Cartaxo, na freguesia da União de Freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta.

Estando indevidamente qualificada como inserida no domínio público municipal, dado que não faz parte do elenco de bens imóveis que a lei integra no domínio público das autarquias locais, torna-se necessário proceder à sua



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado, o que possibilitará os respetivos procedimentos registrais e consequente regularização patrimonial.

São características do imóvel a desafetar: imóvel "Biblioteca Municipal Marcelino Mesquita", com a área de implantação e construção de 405,49 m<sup>2</sup>, com a área descoberta de 420,47 m<sup>2</sup> e a área total do terreno de 825,96 m<sup>2</sup>, o qual se localiza na rua Dr. Marcelino Mesquita n.ºs 7 e 9, 2070-102 Cartaxo, na freguesia da União de Freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta.

O art.º 25, n.º 1, al. q) do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê que a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, delibere sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, nos termos e condições previstos na lei.

Face ao exposto tenho a honra de propor que:

A câmara municipal delibere submeter à assembleia municipal, para deliberação por este órgão deliberativo, ao abrigo da al. q) do n.º 1 do art.º 25 do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a desafetação do domínio público da "Biblioteca Municipal Marcelino Mesquita" e a respetiva afetação ao domínio privado municipal.

"A assembleia municipal delibere, ao abrigo da al. q) do n.º 1 do art.º 25 do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a desafetação do domínio público da "Biblioteca Municipal Marcelino Mesquita" e a respetiva afetação ao domínio privado municipal."

O Presidente da Câmara Municipal,  
Pedro Magalhães Ribeiro"

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e propôs a discussão deste e do ponto seguinte em conjunto, decorrendo a votação em separado e, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, prescindiu da palavra, dizendo-se à disposição para os esclarecimentos que pretendessem suscitar. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do tema. -----

--- Não tendo registado qualquer inscrição para o efeito, submeteu a votação a proposta apresentada. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

### 5. MERCADO MUNICIPAL DO CARTAXO\_ DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DO CARTAXO. -----

#### Proposta de Deliberação N.º 32/PC-PMR/2016 -----

"Considerando que:

Consta do sistema de inventário e cadastro municipal do Município do Cartaxo, inscrito sobre o n.º 58, o imóvel denominado "Mercado Municipal do Cartaxo", doravante Mercado.

O Mercado, sito na Praça 16 de dezembro, foi inaugurado no dia 16/11/1947 e encontra-se edificado numa parcela de terreno integrada no domínio público municipal, que confronta a norte com a rua Dr. Manuel Gomes da Silva, a nascente com a rua 16 de Dezembro, a sul com o domínio público e a poente com rua Luís de Camões.

Atualmente está inscrito na matriz sob o artigo urbano provisório P 5107 da freguesia da União das Freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta, que provém do artigo urbano 1526 da freguesia da União das Freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta, o qual proveio do artigo urbano 1983 da freguesia do Cartaxo, o qual foi inscrito na matriz em 1949. Contudo está omissa na conservatória do registo predial.

Estando indevidamente qualificado como inserido no domínio público municipal, dado que não faz parte do elenco de bens imóveis que a lei integra no domínio público das autarquias locais, torna-se necessário proceder à sua



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado, o que possibilitará os respetivos procedimentos registrais e consequente regularização patrimonial.

O art.º 25, n.º 1, al. q) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê que a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, delibere sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, nos termos e condições previstos na lei.

Características da parcela a desafetar: parcela de terreno com a área de 2347,29 m<sup>2</sup>, onde se encontra implantado o Mercado Municipal do Cartaxo, com a área de implantação de 1785,13 m<sup>2</sup> e área de construção de 2129,89 m<sup>2</sup>, e que se situa na Praça 16 de Dezembro, no Cartaxo, freguesia da União das Freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta, confrontando a norte com rua Dr. Manuel Gomes da Silva, a nascente com a rua 16 de novembro, a sul com o domínio público e a poente com rua Luís de Camões.

Face ao exposto tenho a honra de propor que:

A câmara municipal delibere submeter à assembleia municipal, para deliberação por este órgão deliberativo, ao abrigo da al. q) do n.º 1 do art.º 25 do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a desafetação do domínio público da parcela de terreno onde se encontra implantado o "Mercado Municipal do Cartaxo" e a respetiva afetação ao domínio privado municipal.

"A assembleia municipal delibere, ao abrigo da al. q) do n.º 1 do art.º 25 do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a desafetação do domínio público da parcela de terreno onde se encontra implantado o "Mercado Municipal do Cartaxo" e a respetiva afetação ao domínio privado municipal."

O Presidente da Câmara Municipal,  
Pedro Magalhães Ribeiro"

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

### 6. 4.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO CARTAXO – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA E APROVAÇÃO. -----

Proposta de Deliberação N.º 28/IV-SS/2016 -----

"Considerando que:

1. A proposta da 4.ª Alteração do PDM do Cartaxo esteve em Discussão Pública por um período de 30 dias, o qual decorreu entre 24 de dezembro de 2015 e 5 de fevereiro de 2016, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 69.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;
2. Durante o referido período surgiu apenas uma participação da responsabilidade de Ana Luísa Ribeiro Leal e conforme Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública (em anexo);
3. Atenta a proposta de alteração do PDM, não se poderá dar sequência à participação apresentada, por 2 razões:
  - a) Estar relacionada com a construção de uma habitação unifamiliar em prédio rústico com área inferior a 4 ha, o que colide com as disposições relativas à qualificação do solo rural definidas no PROTOVT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo e que foram acolhidas pelo PDM do Cartaxo através de alteração por adaptação (Aviso n.º 14548/2010, Diário da República n.º 141, 2ª Série, 22 junho);
  - b) A presente alteração do PDM propõe a possibilidade de intervenções em edificações existentes e licenciadas pelo município, em prédios rústicos com área inferior a 4 ha, com o objetivo de melhorar as suas condições de utilização, o que não é o objetivo apresentado na participação.
4. Na sequência do período de discussão pública não há lugar a qualquer alteração à versão da proposta apresentada, podendo a mesma constituir a versão final a submeter a aprovação (em anexo).



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tenho a honra de propor que:

1. A Câmara Municipal delibere determinar a divulgação dos resultados da discussão pública da proposta da 4.ª Alteração do Plano Diretor Municipal do Cartaxo de acordo com o n.º 6 do Artigo 89.º em articulação com o artigo 192.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, devendo a mesma ser publicitada através do sítio da Internet do município;
2. A Câmara delibere submeter a proposta da 4.ª alteração do Plano Diretor Municipal do Cartaxo, à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;
3. A Assembleia Municipal delibere, de acordo com o mesmo preceituado legal, aprovar a proposta da 4.ª alteração do Plano Diretor Municipal do Cartaxo.

A reunião de câmara.

A Vereadora,  
Sónia Serra

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto e deu a palavra à senhora Vereadora Sónia Serra, que esclareceu que não tinha existido participação pública, pelo que se mantinha a proposta inicial. Referiu algumas situações que iriam ser possíveis com aquela alteração, nomeadamente: fora dos aglomerados urbanos a altura das construções passará a ser de dois pisos e, não a altura máxima de sete metros, o que iria possibilitar legalizar algumas situações; por via do PROT não era possível ampliar qualquer construção fora dos perímetros urbanos, a não ser que a propriedade tivesse uma área superior a quatro hectares, a partir daquela alteração iria ser possível a ampliação até aos quatrocentos metros quadrados; irá ser permitida a instalação de operadores de gestão de resíduos verdes em área agrícola e florestal e, algumas estruturas de aproveitamento ecológico; vai ficar clarificada a instalação de estufas e, o tipo de estufa que pode ser instalada; irá ser permitido o uso industrial em edifícios de uso habitacional ou de serviços, cuja legislação nacional já permitia.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período destinado à apreciação do tema, dando a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhor Pedro Barata (PSD), que disse relativamente à matéria que aquelas eram algumas alterações que iriam permitir regularizar situações pendentes, mas que ficavam com a dúvida em perceber qual era a estratégia e, a perspectiva em termos de futuro para o PDM. Gostariam de saber qual a ambição do executivo, em termos estratégicos para o concelho, no entanto iriam votar favoravelmente.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro da Assembleia Municipal, senhora Elvira Tristão (PS), que reconheceu e louvou o trabalho do executivo camarário, em especial da Vereadora Sónia Serra, que relativamente às questões do PDM tinha estado a trabalhar em duas frentes: por um lado a resolver os problemas dos munícipes, levado a cabo uma série de alterações do PDM; por outro lado o trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito da revisão do PDM, que consubstancia a visão estratégica para o município.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Vereadora Sónia Serra endereçou um convite aos membros da assembleia municipal, para que estivesse presentes nas sessões de apresentação do esboço de ordenamento do PDM, que irá percorrer as freguesias.



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, não tendo registo de mais inscrições de membros interessados em intervir, deu por concluída a apreciação do ponto; e submeteu a votação a proposta apresentada. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

### 7. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL (P.º 431/2015/DIV) - LOCAL: QUINTA DO GAIO – VALE DA PEDRA - FREGUESIA: VALE DA PEDRA - REQUERENTE: SMUR – SOCIEDADE DE MULTIPLICAÇÃO E RECREIA ANIMAL, S.A. -----

#### Proposta de Deliberação N.º 18/IV-SS/2016 -----

*“Considerando que, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, um pedido de regularização duma exploração pecuária, que não disponha de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, deve ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e sempre que o mesmo esteja em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial (IGT) ou com servidões e restrições de utilidade pública;*

*Considerando que a empresa proprietária da exploração acima indicada veio, através de requerimento a que coube o registo n.º 1805, de 07/12/2015, solicitar a emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da exploração pecuária, apresentando a documentação e fundamentação que considerou necessárias para o efeito;*

*Considerando que a regularização em causa contenderá especificamente com o Plano Diretor Municipal do Cartaxo e com o Regime Jurídico da REN, situação que se enquadra na disposição legal acima referida;*

*Considerando os teores da Informação N.º 29/2016 DPAU, de 2016/01/18 e do Parecer emitido através da Nota Interna N.º 2/2016 DDES-DEE, de 2016/01/22, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Área de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo;*

*Tenho a honra de propor que:*

*A Câmara Municipal delibere, face à importância da empresa e da necessidade da regularização das suas instalações, submeter à Assembleia Municipal.*

*A Assembleia Municipal delibere, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, emitir deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da exploração em causa.*

*À reunião de câmara:*

*A Vereadora,  
Sónia Serra”*

O senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs o debate conjunto dos pontos seguintes da *Ordem do Dia*, atendendo à natureza da matéria, decorrendo porém a votação em separado. -----

--- Em seguida, submeteu a proposta apresentada a votação, pois não houve registo de interessados em intervir. -----

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com dezasseis (16) votos a favor, sendo onze (11) do PS, quatro (4) do PV-MPC e um (1) do PSD e cinco (5) abstenções, sendo uma (1) do PS (senhor Hugo Vieira), duas (2) do PSD (senhores Gonçalo Gaspar e Pedro Barata) e duas (2) da CDU. -

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

• O grupo municipal da CDU, através do membro da Assembleia Municipal, senhor Rodrigo Rodrigues, disse: "O nosso sentido de voto foi de abstenção, pois tratando-se de uma exploração agro-pecuária, não sabemos o que lá se passa. O sentido de voto será idêntico no ponto dez." -----

• O membro da Assembleia Municipal, senhor Hugo Vieira, disse: "O meu sentido de voto neste ponto e nos pontos seguintes, nada tem a ver com as empresas, mas contra o espírito inerente a esta lei." -----

### 8. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL (P.º 445/2015/DIV) - LOCAL: RUA DO DESEMBARGADOR – VALE DA PINTA - FREGUESIA: UNIÃO DAS FREGUESIAS DO CARTAXO E VALE DA PINTA - REQUERENTE: MARGEM PRESENTE - UNIPESSOAL, LDA. -----

#### Proposta de Deliberação N.º 21/V-SS/2016 -----

*"Considerando que, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, um pedido de regularização dum estabelecimento industrial, que não disponha de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, deve ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e sempre que o mesmo esteja em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial (IGT) ou com servidões e restrições de utilidade pública;*

*Considerando que a empresa arrendatária do estabelecimento acima indicado veio, através de requerimento a que coube o registo n.º 1835, de 14/12/2015, solicitar a emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento, apresentando a documentação e fundamentação que considerou necessárias para o efeito;*

*Considerando que a regularização do estabelecimento contenderá especificamente com o Plano Diretor Municipal do Cartaxo e com o Regime Jurídico da REN, situação que se enquadra na disposição legal acima referida;*

*Considerando os teores da Informação N.º 37/2016 DPAU, de 2016/01/26 e do Parecer emitido através da Nota Interna N.º 03/2016 DDES-DEE, de 2016/02/01, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Área de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo;*

*Tenho a honra de propor que:*

*A Câmara Municipal delibere, face à importância da empresa e da necessidade da sua regularização, submeter à Assembleia Municipal.*

*A Assembleia Municipal delibere, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, emitir deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento em causa.*

*A reunião de câmara.*

*A Vereadora,*

*Sónia Serra"*

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com dezoito (18) votos a favor, sendo onze (11) do PS, quatro (4) do PV-MPC, um (1) do PSD e dois (2) da CDU e três (3) abstenções, sendo uma (1) do PS (senhor Hugo Vieira) e duas (2) do PSD (senhores Gonçalo Gaspar e Pedro Barata). -----

### 9. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL (P.º 449/2015/DIV) - LOCAL: SÍTIO DA PRECATEIRA, E.N. 365-2 – VALE DA PINTA - FREGUESIA: UNIÃO DAS



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**FREGUESIAS DO CARTAXO E VALE DA PINTA - REQUERENTE: ADEGA COOPERATIVA DO CARTAXO, C.R.L.**

### **Proposta de Deliberação N.º 22/IV-SS/2016**

*"Considerando que um pedido de ampliação dum estabelecimento industrial, formulado ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e sempre que o mesmo seja incompatível com os instrumentos de gestão territorial (IGT) ou com servidões e restrições de utilidade pública, deve, face à previsão do n.º 1 do Anexo V à Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;*

*Considerando que o proprietário do estabelecimento acima indicado veio, através de requerimento a que coube o registo n.º 1849, de 16/12/2015, solicitar a emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento, apresentando a documentação e fundamentação que considerou necessárias para o efeito;*

*Considerando que a ampliação em causa contendrá especificamente com o Plano Diretor Municipal do Cartaxo e com o Regime Jurídico da REN, situação que se enquadra na disposição legal acima referida;*

*Considerando os teores da Informação N.º 40/2016 DPAU, de 2016/01/27 e do Parecer emitido através da Nota Interna N.º 5/2016 DDES-DEE, de 2016/02/04, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Área de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo;*

*Tenho a honra de propor que:*

*A Câmara Municipal delibere, face à importância da empresa e da necessidade da ampliação das suas instalações, submeter à Assembleia Municipal.*

*A Assembleia Municipal delibere, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, emitir deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento em causa.*

*À reunião de câmara.*

*A Vereadora,*

*Sónia Serra"*

[O membro da Assembleia Municipal senhor José Barroso (PSD) não participou na votação deste ponto.]

**> A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com dezassete (17) votos a favor, sendo onze (11) do PS, quatro (4) do PV-MPC e dois (2) da CDU e três (3) abstenções, sendo uma (1) do PS (senhor Hugo Vieira) e duas (2) do PSD (senhores Gonçalo Gaspar e Pedro Barata).**

**10. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL (P.º 454/2015/DIV) - LOCAL: RUA DO SILVESTRE - SÍTIO DE VALE DE ALGARES – VILA CHÃ DE OURIQUE - FREGUESIA: VILA CHÃ DE OURIQUE - REQUERENTE: AGROPECUÁRIA VALINHO, S.A.**

### **Proposta de Deliberação N.º 23/IV-SS/2016**

*"Considerando que um pedido de ampliação de uma exploração pecuária, formulado ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e sempre que o mesmo seja incompatível com os instrumentos de gestão territorial (IGT) ou com servidões e restrições de utilidade pública, deve, face à previsão do n.º 1 do Anexo V à Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;*



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Considerando que a empresa proprietária da exploração acima indicada veio, através de requerimento a que coube o registo n.º 1861, de 18/12/2015, solicitar a emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação da exploração, apresentando a documentação e fundamentação que considerou necessárias para o efeito;

Considerando que a ampliação em causa contenderá especificamente com o Plano Diretor Municipal do Cartaxo e com o Regime Jurídico da REN, situação que se enquadra na disposição legal acima referida;

Considerando os teores da Informação N.º 46/2016 DPAU, de 2016/02/02 e do Parecer emitido através da Nota Interna N.º 4/2016 DDES-DEE, de 2016/02/03, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Área de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo;

Tenho a honra de propor que:

**A Câmara Municipal delibere, face à importância da empresa e da necessidade da ampliação das suas instalações, submeter à Assembleia Municipal.**

**A Assembleia Municipal delibere, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, emitir deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação da exploração em causa.**

A reunião de câmara.

A Vereadora,

Sónia Serra

➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com dezassete (17) votos a favor, sendo onze (11) do PS, quatro (4) do PV-MPC e um (1) do PSD e cinco (5) abstenções, sendo uma (1) do PS (senhor Hugo Vieira), duas (2) do PSD (senhores Gonçalo Gaspar e Pedro Barata) e duas (2) da CDU. -

### 11. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL (P.º 437/2015/DIV) - LOCAL: SÍTIO DA CABREIRA - RUA FERREIRA DE CASTRO - VILA CHÃ DE OURIQUE - FREGUESIA: VILA CHÃ DE OURIQUE - REQUERENTE: AGRIPULVE DE JOSÉ MANUEL RAMALHO Proposta de Deliberação N.º 24/V-SS/2016

“Considerando que um pedido de regularização e ampliação dum estabelecimento, que esteja em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial ou servidões e restrições de utilidade pública, deve, face ao estipulado na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e no n.º 1 do Anexo V à Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;

Considerando que a empresa proprietária do estabelecimento acima indicado veio, através de requerimento a que coube o registo n.º 1824, de 12/12/2015, solicitar a emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento e na sua ampliação, apresentando a documentação e fundamentação que considerou necessárias para o efeito;

Considerando que a regularização do estabelecimento e a sua ampliação contenderão com o Plano Diretor Municipal do Cartaxo, situação que se enquadra na disposição legal acima referida;

Considerando os teores da Informação N.º 48/2016 DPAU, de 2016/02/03 e do Parecer emitido através da Nota Interna N.º 6/2016 DDES-DEE, de 2015/02/04, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Área de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo;

Tenho a honra de propor que:

**A Câmara Municipal delibere, face à importância da empresa e da necessidade da regularização e ampliação do seu estabelecimento, submeter à Assembleia Municipal.**



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal delibera, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, emitir deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação do estabelecimento em causa.

A reunião de câmara.

A Vereadora,  
Sónia Serra"

> A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com dezanove (19) votos a favor, sendo onze (11) do PS, cinco (5) do PV-MPC, um (1) do PSD e dois (2) da CDU e três (3) abstenções, sendo uma (1) do PS (senhor Hugo Vieira) e duas (2) do PSD (senhores Gonçalo Gaspar e Pedro Barata).

**12. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL (P.º 472/2015/DIV) - LOCAL: RUA ALEXANDRE HERCULANO, N.º 36 - VILA CHÃ DE OURIQUE - FREGUESIA: VILA CHÃ DE OURIQUE - REQUERENTE: CASAL D'OIRO – SOCIEDADE AGRÍCOLA, LDA.**

**Proposta de Deliberação N.º 29/V-SS/2016**

"Considerando que, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, um pedido de regularização dum estabelecimento industrial, que não disponha de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, deve ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e sempre que o mesmo esteja em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial (IGT) ou com servidões e restrições de utilidade pública;

Considerando que a empresa requerente do estabelecimento acima indicado veio, através de requerimento a que coube o registo n.º 1915, de 30/12/2015, solicitar a emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento, apresentando a documentação e fundamentação que considerou necessárias para o efeito;

Considerando que a regularização do estabelecimento contenderá especificamente com o Plano Diretor Municipal do Cartaxo, situação que se enquadra na disposição legal acima referida;

Considerando os teores da Informação N.º 56/2016 DPAU, de 2016/02/08 e do Parecer emitido através da Nota Interna N.º 8/2016 DDES-DEE da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Área de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo;

Tenho a honra de propor que:

A Câmara Municipal delibera, face à importância da empresa e da necessidade da sua regularização, submeter à Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal delibera, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, emitir deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento em causa.

A reunião de câmara.

A Vereadora,  
Sónia Serra"

> A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com dezanove (19) votos a favor, sendo onze (11) do PS, cinco (5) do PV-MPC, um (1) do PSD e dois (2) da CDU e três (3)



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abstenções, sendo uma (1) do PS (senhor Hugo Vieira) e duas (2) do PSD (senhores Gonçalo Gaspar e Pedro Barata). -----

**13. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL (P.º 461/2015/DIV) - LOCAL: RUA PROF. FERNANDO JAIME SOARES COSTA – TERRAS DE VALADA – VILA CHÃ DE OURIQUE - FREGUESIA: VILA CHÃ DE OURIQUE - REQUERENTES: RODRIGO RIBEIRO MIRANDA E JOÃO CARLOS RIBEIRO** -----

**Proposta de Deliberação N.º 31/V-SS/2016** -----

*“Considerando que um pedido de ampliação de uma exploração pecuária, formulado ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, e sempre que o mesmo seja incompatível com os instrumentos de gestão territorial (IGT) ou com servidões e restrições de utilidade pública, deve, face à previsão do n.º 1 do Anexo V à Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, ser instruído com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;*

*Considerando que os proprietários da exploração acima indicada vieram, através de requerimento a que coube o registo n.º 1894, de 29/12/2015, solicitar a emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação da exploração, apresentando a documentação e fundamentação que consideraram necessárias para o efeito;*

*Considerando que a ampliação em causa contendrá especificamente com o Plano Diretor Municipal do Cartaxo, situação que se enquadra na disposição legal acima referida;*

*Considerando os teores da Informação N.º 57/2016 DPAU, de 2016/02/08 e do Parecer emitido através da Nota Interna N.º 9/2016 DDES-DEE, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Área de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo;*

*Tenho a honra de propor que:*

**A Câmara Municipal delibere, face à importância da empresa e da necessidade da ampliação das suas instalações, submeter à Assembleia Municipal.**

**A Assembleia Municipal delibere, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, emitir deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação da exploração em causa.**

**À reunião de câmara.**

**A Vereadora,**

**Sónia Serra”**

**➤ A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com dezanove (19) votos a favor, sendo onze (11) do PS, cinco (5) do PV-MPC, um (1) do PSD e dois (2) da CDU e três (3) abstenções, sendo uma (1) do PS (senhor Hugo Vieira) e duas (2) do PSD (senhores Gonçalo Gaspar e Pedro Barata).** -----

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

**O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à senhora Odete Cosme.** -----

**A senhora Odete Cosme, no uso da palavra, começou por apresentar cumprimentos a todos, saudou a realização da assembleia descentralizada e regozijou-se pelo facto dum tão acalorado assalto ao poder**



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naquela junta de freguesia estar, definitivamente, ultrapassado, registando o bom e normal funcionamento dos órgãos da freguesia. -----

--- Prosseguiu, dirigindo-se directamente ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para lamentar o facto de ser aquela uma sessão da assembleia descentralizada, com muito público presente, que tendo-se dirigido à Mesa para pedir intervenção e, por desconhecimento do regimento, lhe tenha sido negada essa possibilidade. Disse, que em sua opinião aquela atitude roçava a prepotência, tendo desagradado aos munícipes. -----

--- Sobre a prorrogação/extinção da empresa Rumo 2020, apreciada na última sessão da assembleia municipal, referiu que ao arrepio da lei a bancada do PS e um elemento da CDU tinham votado favoravelmente aquela proposta. Informou que os senhores deputados deveriam saber que a Lei n.º 50/2012, dava um prazo de seis meses para a comunicação da dissolução em órgão deliberativo das empresas que não cumprissem os imperativos legais. Esclareceu que aquela dissolução deveria ter sido presente à assembleia em fevereiro de dois mil e treze, no entanto o anterior presidente do executivo não tinha cumprido o que era necessário para apresentar a proposta de deliberação, pelo que tinha sido recusada na altura e, nunca mais tinha voltado à assembleia; tinha sido o atual executivo que tinha retomado o assunto no princípio do ano de dois mil e catorze, mas a extinção daquelas empresas baseava-se em dois imperativos legais: a Lei n.º 50/2012 e, o regime jurídico que regia o quadro das sociedades comerciais. Se por um lado, a primeira dizia que a empresa deveria ter até vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze, uma deliberação da assembleia a encerrá-la, o código das sociedades comerciais dizia que o encerramento deveria ser feito num prazo de dois anos, prorrogável por mais um, assim cumprindo estes requisitos, o prazo terminaria em fevereiro do ano corrente, pelo que ilegalmente foi prorrogado o prazo para dois mil e dezasseis. Referiu ainda que mensalmente, iam algumas centenas de euros para a Rumo 2020, que em parte poderiam ser utilizados para a regeneração urbana, para os alcatroamentos, para herbicidas. Disse também, que devia ser do desconhecimento da assembleia, o ênfase dado pelo revisor oficial de contas, no última demonstração de resultados de dois mil e catorze, em que se dizia que para ser cumprida a Lei n.º 50/2012, a empresa municipal já devia de estar extinta. E, que já tinha sido constituída uma provisão no valor de dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove, quinhentos e sessenta e um euros, para fazer face à perda de valor do direito de superfície do terreno que era da Rumo 2020, tendo sido este o argumento utilizado para a prorrogação do prazo. -----

--- Sobre o programa eleitoral do PS chamou a atenção para o não cumprimento do mesmo. Referiu ter assistido à votação de votos de congratulação por um investimento de vinte mil euros, que lhe parecia pouco, perante um orçamento de catorze milhões. Disse que em futuras sessões da assembleia gostaria de ver os votos de desagrado pela falta de cumprimento, passados oitocentos e setenta dias de mandato, de vários dos pontos a que se tinham proposto cumprir com a população. Mencionou a apresentação da candidatura do Dr. Pedro Ribeiro, que cumpria três anos, citando *"vivemos dias de emergência, a atual inércia não é solução, este não é o tempo para baixar os braços, é preciso agir, é urgente controlar o preço da água"*; referiu que tinha sido dito que o preço da água estava controlado, mas não tinha sido dito que a Cartaguá não estava a cumprir com o pagamento das rendas; *"combater o desmazelo do espaço público"*; convidou-o a visitar o Cartaxo e, referiu que o senhor Presidente da Câmara, numa ação de esclarecimento do PDM tinha dito a um munícipe que punha os olhos no Cartaxo, não punha o nariz



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque tinha sinusite, quando este referiu o mau cheiro vindo das pecuárias, aconselhando-o a mudar de lentes, pois não estava a ver bem. Citou ainda *“é urgente cuidar dos nossos jardins e das nossas linhas de água”*; aconselhou a que se fosse ver as linhas de água que estavam completamente, açougadas de infestantes, canas e lixo; sobre a revisão do PDM disse que o mesmo tinha sido apresentado à CCDR após oitocentos e trinta e cinco dias de mandato e, que tinha sido pedido um estudo a entidade externas, porque foi considerado que o pessoal da câmara não estava habilitado para fazer a revisão, chamando a atenção para que deviam ter sido mais céleres. Citou *“é imperioso acudir em tempo de crise às pessoas que mais precisam, em parceria com as instituições da nossa terra”*; salientou que de tudo o que tinha citado do programa eleitoral do PS, o que estava cumprido era muito pouco ou quase nada; disse ter sido adjudicado um estudo de mobilidade, em setembro de dois mil e quinze, com prazo de execução de vinte dias, para estudar os fluxos de trânsito e de mobilidade dentro do Cartaxo, ainda não se sabendo o seu resultado, mas que o pagamento de vinte e cinco mil euros já tinha sido efetuado. Acrescentou que tinha sido dito pelo senhor Presidente de Câmara, numa sessão de esclarecimento à população, que iriam começar a cobrar o estacionamento, para que a câmara arrecadasse alguma receita, mas até à data que o mesmo ainda não era cobrado, por existirem obras de reabilitação do espaço, que o empreiteiro tinha de realizar; julgou que uma coisa não tinha a ver com a outra, mas referiu que tal como eram convocadas as pessoas para fazer a propaganda, deveria convocar as pessoas para lhes dar conta da situação. —

— Por último, perguntou ao Dr. Pedro Ribeiro *o porquê da sua prioridade, em receber o subsídio de reintegração no valor de doze mil e tal mil euros?* Disse que se legalmente, ele tinha o direito de o receber, eticamente e moralmente ficava-lhe muito mal tê-lo feito. Mencionou que o pedido do subsídio tinha sido feito em dois mil e oito em rutura com Paulo Caldas, mas que o passivo da câmara entre dois mil e dois e dois mil e sete tinha crescido vinte e cinco milhões de euros e, que ele só tinha votado contra o orçamento no último ano, já em rutura com o presidente da altura. Mencionou que foram vinte e cinco milhões, em que o Dr. Pedro Ribeiro estava lá e, votou favoravelmente, toda a loucura do Dr. Paulo Caldas e, nunca se tinha oposto aquilo que ele estava a fazer. Frisou que ele tinha dito, em campanha eleitoral, a um meio de comunicação social, que não iria receber aquele dinheiro, devido à situação financeira da câmara, por isso, ficava-lhe muito mal fazê-lo. —

— Terminou deixando o desafio ao senhor Presidente da Câmara de doar o dinheiro, do subsídio de reintegração à Assembleia Municipal, para que fossem compradas, por exemplos, duzentas toneladas de massa asfáltica que tanta falta fazia. —

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e concedeu a palavra ao senhor José Brás. —

O senhor José Brás, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse que *“sem ovos não se fazem omeletes”*, frisando que não estava ali para apoiar ninguém, mas que tinha ouvido um deputado do PSD falar contra o executivo da câmara municipal e, disse que o mesmo deveria assistir às reuniões de câmara para perceber quem se opunha e, quem estava a favor. —

— O município prosseguiu a sua intervenção, dizendo que tinha proposto um investimento no concelho do Cartaxo que daria emprego a muitos operários, mas a pessoa acabou por desistir da ideia. Disse que sem investimento e desenvolvimento no concelho não se conseguiria nada. —



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Manifestou a sua discordância relativamente ao gasto de dinheiro público em diversos setores da autarquia, nomeadamente despesas com pessoal, mencionando que deveria existir uma folha de controlo do trabalho dos funcionários. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções e, no uso da palavra, respondeu à senhora Odete Cosme dizendo, que tinha procedido tal como estava previsto no regimento da Assembleia Municipal, pelo que se a munícipe queria considerar a sua atitude como prepotente, ele nada poderia fazer. -----

--- De seguida deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões formuladas pelos cidadãos. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, agradeceu as intervenções dos munícipes. Sobre o processo da Rumo 2020 disse que tudo tinha sido analisado pelos juristas da câmara. Referiu que estava na expetativa de ouvir alguma intervenção/contributo para melhorar o Cartaxo, o que não aconteceu. -----

--- Salientou que o registo da intervenção da senhora Odete Cosme tinha sido muito adjetivada em relação a pessoas e, ao julgamento da moral dos outros. -----

--- Sobre as linhas de água e jardins disse, que estava contemplada no orçamento de dois mil e dezasseis, uma verba para a limpeza das linhas de água; quanto aos jardins esclareceu que a câmara tinha sete jardineiros para vinte e um hectares de jardins, o que era manifestamente insuficiente. Informou que algum trabalho de manutenção e, recuperação tinha sido efectuado com recurso aos contratos de emprego/inserção, mas muito desse trabalho estava a esfumar-se, pois ainda estavam a aguardar a aprovação de cinquenta contratos daqueles. -----

--- Relativamente ao PDM referiu que qualquer pessoa justa reconheceria os avanços, que tinham sido feitos sobre o assunto no atual mandato, pois o processo estava praticamente parado. Disse que tinha a expetativa de até ao final do mandato ter o processo concluído e, assim cumprir o compromisso eleitoral. -

--- Expressou que considerava ser bastante deselegante da parte da munícipe, para com os antigos colegas de trabalho a referência, à contratação de entidades externas para fazer um determinado estudo para a revisão do PDM, pois esse estudo tinha sido solicitado pelos próprios serviços técnicos, por não terem pessoal com qualificação para o fazer. Salientou que algumas formas de fazer política também tinham ido a eleições nas autárquicas, como aquelas que se davam aos ataques pessoais nas redes sociais, pois o Bloco de Esquerda que tinha dois deputados na Assembleia Municipal, tinha ficado sem nenhum. Disse que julgava que os cartaxeiros tinham feito o seu julgamento político sobre uma determinada forma de fazer política no Concelho, tinham avaliado o trabalho dos partidos; deram um cartão amarelo do Partido Socialista que tinha perdido a maioria absoluta; ao Eng. Paulo Varanda deram um cartão amarelo alaranjado, não ganhou mas tinha tido um bom resultado eleitoral; um cartão mais alaranjado ao PSD, que não viram como alternativa e, que colocaram em terceiros; o PCP manteve o resultado estabilizado e, o Bloco de Esquerda tinha deixado de ter representação política. Disse que todos tinham ido a julgamento e, as pessoas tinham pesado o que queriam de cada força política. -----

--- Em relação ao estudo de mobilidade que tinha sido referido já estar pago, informou que tanto quanto sabia ainda não estava pago, pois o contrato ainda nem tinha sido assinado. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

— Prosseguiu dizendo que não existia maior interessado em receber as verbas do estacionamento tarifado do que a câmara; explicou que existia um conflito entre a câmara e o consórcio Constrope /Gigabeira, onde a câmara herdou uma dívida enorme, em função dessa litigância com o grupo que tinha construído o parque de estacionamento, existiam questões que ainda não tinham sido resolvidas, para que o parque pudesse ser licenciado, para ser tarifado. No entanto havia a hipótese de encerrar o parque, mas como as condições de segurança não estavam ameaçadas e, o parque estava a ser útil a muita gente, o executivo tinha tomado a opção de não encerrar. -----

— Sobre as reuniões de propaganda disse que antes a munícipe se queixava dos processos da câmara serem pouco transparentes, mas que a câmara tinha subido muitos lugares no índice de transparência municipal, um caso dado como exemplo pela OMG que organiza este índice. Salientou que a questão da transparência era fundamental para aquele executivo e, que as reuniões públicas que promoviam eram com esse intuito. -----

— Sublinhou que a reunião pública com a Cartágua ainda só não tinha acontecido porque a empresa não a tinha aceitado fazer. Acrescentou que o Bloco de Esquerda tinha-se batido pela transparência do contrato adicional e, que por isso também deveria ser reconhecido ao atual executivo o esforço pela transparência daquele processo. O processo estava em litigância e, por isso, tinham sido retidas as rendas, mas o tarifário não tinha sido aumentado, uma consequência normal do litígio existente. -----

— Explicou que não estavam a omitir nada e, que estavam a trabalhar para resolver a questão, pretendiam que o aumento que houvesse da água fosse o justo, no entanto o valor que tinham encontrado estava tão desajustado do que tinha sido aceite pelo Eng. Paulo Varanda, sem estudo técnico nenhum, que estavam reticentes a torná-lo público, com receio que possa estar errado. Acrescentou que o valor do relatório do consultor era muito abaixo do que a Cartágua tinha proposto, mas que só o iriam divulgar após o contraditório da Cartágua. -----

— Quanto à questão pessoal que tinha a ver com o subsídio de reintegração, esclareceu que o mesmo tinha sido incluído em PAEL, pelo Dr. Paulo Caldas e, que tendo sido incluído na segunda tranche, tinha feito um requerimento a solicitar que fosse o último a receber. O cheque tinha sido passado porque tinha de se fechar o processo e, para não prejudicar os outros credores da câmara. Referiu que apesar de ser um cheque de janeiro, o tinha consigo, fechado no envelope e, que enquanto fosse presidente de câmara não iria levantar o cheque, cumprindo o que tinha dito ao jornal e, fazendo cumprir a sua palavra, que era de honra. Salientou que a Dra Odete Cosme o conhecia desde pequeno e, com a honra dos outros não se deveria brincar com ela o fazia no Facebook. Referiu que o espírito do subsídio de reintegração era para compensar as pessoas de eventuais perdas, pelo exercício de cargos públicos. Disse não conhecer nenhum eleito no país que tenha prescindido do mesmo e, era difícil avaliar onde a vida profissional e pessoal de cada um tinha sido prejudicada pela sua atividade pública. Terminou constatando que em nada se sentia ferido por aceder ao subsídio de reintegração, pois em dez anos na câmara sempre tinha cumprido os seus deveres e, acrescentou que a sua vida profissional tinha sido prejudicada com as suas opções públicas, pois tinha entrado num processo de despedimento colectivo há cerca de três meses. ---  
**O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminado o período de Intervenção do Público.**

**FORMA DE VOTAÇÃO:** -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas, por unanimidade de votos dos membros presentes, com exceção daquelas onde se faz menção expressa do contrário. -----

➤ **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

### ENCERRAMENTO: -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença do público, da comunicação social, do executivo e de todos os membros da Assembleia. E nada mais havendo a tratar, deu como encerrada a sessão, quando eram vinte e três horas e quarenta e sete minutos. -----

Para constar se lavrou a presente ata, e eu, Inês Margarida Ribeiro Calisto, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do senhor Presidente. -----

Geníl de Sousa da Pena Duarte

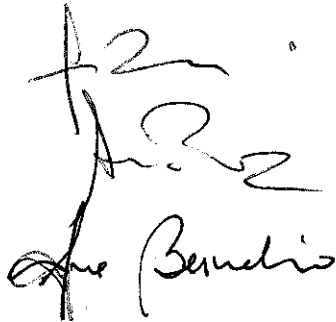
Inês Margarida Ribeiro Calisto

VOTO DE PESAR POR SÉRGIO MANUEL ALVES NOGUEIRA ANTUNES

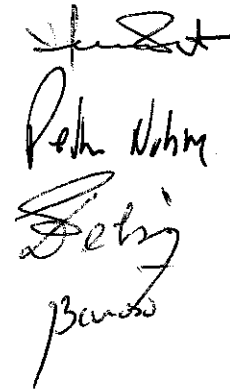
Sérgio Manuel Alves Nogueira Antunes, marido da nossa deputada municipal, faleceu no passado mês de Janeiro. Propõe-se que a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária a 25 de fevereiro de 2016, delibere:

1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento de Sérgio Manuel Alves Nogueira Antunes, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, e em particular, à sua esposa, Teresa Antunes, deputada municipal, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

A Mesa da Assembleia Municipal

  
The block contains three handwritten signatures in black ink, stacked vertically. The first signature is a stylized 'f2m', the second is 'f2m', and the third is 'f2m'.

Os Grupos Municipais

  
The block contains three handwritten signatures in black ink, stacked vertically. The first signature is 'f2m', the second is 'f2m', and the third is 'f2m'.

Aprova por unanimidade

②

B

\$

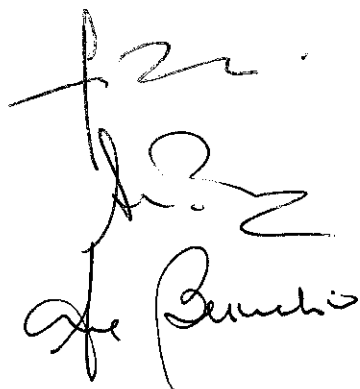
**VOTO DE PESAR POR EDMUNDO CALISTO GABIRRO**

Edmundo Calisto Gabirro, natural e residente em Pontével foi um munícipe dedicado à vida Associativa, ao Teatro, ao seu concelho e à sua freguesia de residência.

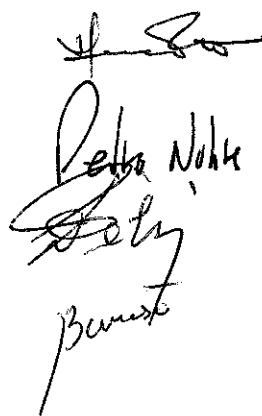
Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária a 25 de fevereiro de 2016, delibere:

1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento de Edmundo Calisto Gabirro, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, e em particular, à sua irmã, Filomena Calisto, deputada municipal, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

A Mesa da Assembleia Municipal



Os Grupos Municipais



Aprovado por unanimidade

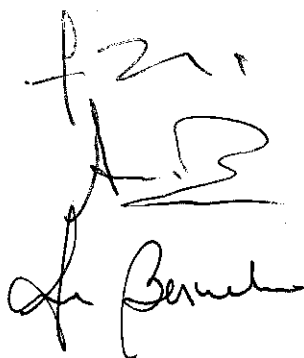
**VOTO DE PESAR PELO DOUTOR ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS**

O Doutor António de Almeida Santos, Deputado à Assembleia da República da I à IX Legislaturas, foi eleito pelos seus pares Presidente do Parlamento nas VII e VIII (1995-2002). Membro do Conselho de Estado, foi ainda Presidente do Grupo Parlamentar do PS e Presidente do PS em 1992.

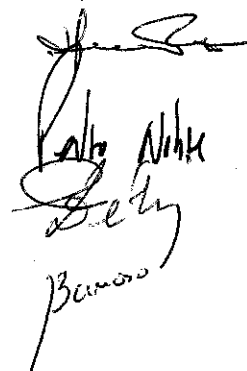
Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária a 25 de fevereiro de 2016, delibere:

1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do Doutor António de Almeida Santos, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

A Mesa da Assembleia Municipal



Os Grupos Municipais



Aprovado por unanimidade

6  
f B  
\*

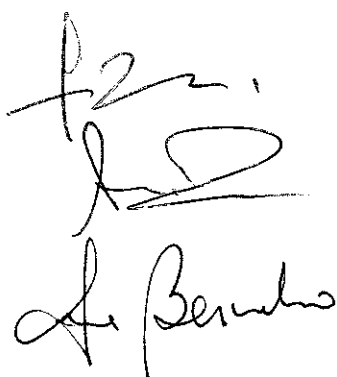
**VOTO DE PESAR POR JOSÉ JOAQUIM GAMEIRO SOUSA GOMES**

José Joaquim Gameiro Sousa Gomes ex-presidente da Câmara Municipal de Almeirim, da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, antes Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, e do conselho de administração da empresa intermunicipal Águas do Ribatejo, até ao final de 2013, ano em que terminou o seu mandato.

Homem dedicado à causa pública. Exemplo dessa dedicação também a sua passagem como dirigente por diversas associações e coletividades do concelho. Nos seus mandatos foram construídas várias obras que mudaram a face da cidade e do concelho de Almeirim. Entre elas estão equipamentos desportivos, espaços de cultura, escolas, cumprindo com o seu objetivo de tornar Almeirim um concelho com maior qualidade de vida. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária a 25 de fevereiro de 2016, delibere:

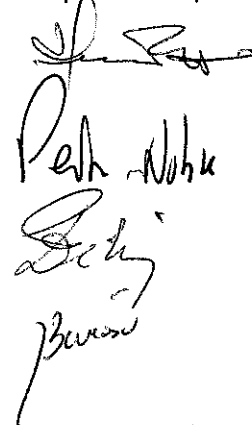
1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento de José Joaquim Sousa Gomes, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

A Mesa da Assembleia Municipal



*Aprovado por unanimidade*

Os Grupos Municipais





**Anexo n.º 5**  
Assembleia Municipal do Cartaxo  
Ata n.º 1 | 25 de fevereiro de 2016

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DESCENTRALIZADA EM VILA CHÃ DE OURIQUE

25 FEVEREIRO 2016

# SAUDAÇÃO

Boa tarde a todas e a todos os Ouriquenses aqui presentes.

Quero saudar na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal todos os deputados, saudar o Executivo na pessoa do seu Presidente, saudar todos os colegas Presidentes de Junta e a Comunicação Social aqui presente.

É para todos nós Ouriquenses uma enorme honra ter pela primeira vez nesta freguesia uma reunião descentralizada da Assembleia Municipal do Cartaxo. Este foi um compromisso eleitoral do Partido Socialista e quero por isso deixar aqui registada a minha satisfação por estar a ser cumprido, quer pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quer pelo Senhor Presidente da Câmara do Cartaxo que já promoveu uma reunião de Executivo Camarário, em Vila Chã de Ourique, a 17 de Novembro de 2014, e já agendou a próxima para 16 de Maio deste ano.

Este mandato, para todos os autarcas, é bastante exigente dada a pesada herança que o município tem em termos de dívida.



A enorme dívida que o Executivo Camarário herdou condiciona, naturalmente, o ritmo das obras que todos gostávamos de ver realizada na nossa freguesia e por todo o nosso concelho.

Contudo, encaro com optimismo os desafios do presente porque sei que em cada Ouriquense existe a vontade de fazer cada vez mais e melhor pela nossa terra.

Quero, por isso, aqui transmitir que, dentro das possibilidades da Câmara Municipal, tenho contado com todo o apoio e tenho a firme convicção que em conjunto vamos conseguir ultrapassar os problemas que temos e corresponder às aspirações de todos os Ouriquenses.

Quero, perante os Ouriquenses, reiterar os meus compromissos e os compromissos do Partido Socialista que assumimos de forma muito clara no nosso programa.

No apoio a quem mais precisa, queremos a curto prazo, na área da acção social, constituir a Comissão Social de Freguesia, em parceria com a União de Freguesias Cartaxo – Vale da Pinta. Este é um passo muito importante para reforçarmos o apoio às famílias carenciadas, em parceria com as nossas instituições e com a Segurança Social.

Nesta área, evidencio que estamos a assegurar o transporte público de doentes para o Centro de Saúde do Cartaxo, nomeadamente para aqueles que mais dele precisam.

Caso a Segurança Social assegure financiamento, queremos, em conjunto com a Câmara Municipal, apoiar a ampliação do Centro de Dia para Lar, como há muito tempo lutamos.



Queremos ouvir a nossa população, para sabermos a sua opinião sobre a possibilidade de transferência da atual casa mortuária para a antiga sede da Junta de Freguesia, e, ao mesmo tempo, criarmos naquele espaço um centro de convívio e sanitários públicos. Reforço que nada será feito nas costas das pessoas mas sim com as pessoas, por isso quero dar-lhes voz e ouvir a sua opinião.

No apoio às escolas, estamos empenhados em assegurar a sua manutenção e o melhoramento das condições para as nossas crianças, para as professoras e para todos aqueles que trabalham nestes estabelecimentos. Ainda hoje de manhã estive, uma vez mais, com o Senhor Presidente da Câmara, com o Diretor do Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita, assim como com os serviços técnicos da Câmara para tratarmos da criação de duas salas de apoio.

Quero, neste ponto, sublinhar os investimentos quer da Junta quer da Câmara, mas, acima de tudo, dar uma palavra de reconhecimento aos pais e aos encarregados de educação de Vila Chã de Ourique que, num tempo de enormes dificuldades, juntaram-se, realizaram muitas iniciativas de angariação de fundos e têm financiado também muitas das intervenções na nossa escola.

Quero aproveitar para agradecer ao Executivo Camarário pela cedência gratuita, por 20 anos, através de contrato de comodato, das instalações da antiga Escola Primária n.º2 onde iremos instalar um pólo museológico dedicado à cultura e etnografia da nossa terra.



Quero, também, agradecer ao Executivo Camarário pela cedência gratuita, por 20 anos, através de contrato de comodato, das instalações do antigo centro de dia de Vila Chã de Ourique, que veio a permitir a instalação da nova sede da Junta de Freguesia, criando melhores condições para os trabalhadores da autarquia e para toda a população ouriquense.

Gostaria de aproveitar para saudar o grupo de ouriquenses que constituiu a Comissão de Festas dos Cinquentões de 2007, pelo importante contributo que deram à Freguesia para voltarmos a ter um parque infantil no centro da nossa vila.

Quero, também, manifestar aqui a minha preocupação pelas dificuldades que existem no Jardim de Infância, no que diz respeito ao pessoal auxiliar que nas últimas semanas tem faltado. Já manifestei esta preocupação ao Senhor Presidente da Câmara, sei que estão a procurar resolver este problema, e quero aqui manifestar-lhe que estamos disponíveis para encontrar as melhores soluções para este problema.

No que diz respeito ao associativismo, dentro das nossas possibilidades financeiras, vamos continuar a apoiar as nossas instituições culturais, desportivas, recreativas e sociais.

No que diz respeito às nossas festas tradicionais, que muito valorizam a nossa cultura e a história das nossas gentes, queremos continuar a promover as Comemorações da Batalha de Ourique e a Feira Medieval, assim como as demais festas populares e religiosas.



Quero, ainda aqui sublinhar, que queremos construir um campo de Petanca, junto ao Parque de Lazer nas imediações do Centro de Dia de Vila Chã de Ourique.

Quanto à segurança, defendemos o reforço dos meios da GNR, para que haja um reforço efetivo do policiamento da nossa freguesia.

Queremos ainda, ouvindo a nossa população, reordenar o trânsito e reforçar a sinalização na Freguesia.

Em cooperação com os serviços municipais de Bombeiros e Proteção Civil continuamos a trabalhar para prevenir situações de risco para pessoas e bens, como os riscos de incêndio ou de inundação. Em matéria de segurança de pessoas e bens é nosso objectivo substituir cobertura do Mercado, junto à Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique, e continuarmos a acompanhar o processo da propriedade da empresa Quatro Âncoras, aqui bem no centro da nossa terra.

Uma área muito importante para a nossa freguesia é a revisão do PDM que há muito está prometida. Felizmente que hoje é um assunto prioritário para este Executivo Camarário e, aproveito esta oportunidade, para convidar todos os Ouriquenses a participar na sessão pública sobre o PDM, aqui em Vila Chã de Ourique, no próximo dia 18 de Março. Iremos divulgar esta iniciativa por toda a nossa freguesia. Todos somos importante para contribuir para uma revisão do PDM que defenda o desenvolvimento de Vila Chã de Ourique e a fixação de mais famílias e de mais empresas.



Quanto ao combate ao desemprego, queremos apoiar a criação de emprego através de candidaturas a projetos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente através dos Contratos de Emprego de Inserção.

Na gestão corrente da nossa Junta de Freguesia, vamos continuar a trabalhar para melhorar o sistema de recolha de lixo e de limpeza do espaço público, vamos continuar a trabalhar para a conservação do património, dos jardins e da limpeza do espaço e iluminação pública, e vamos investir na educação ambiental e a promover materiais informativos para a população.

Quanto à manutenção do pavimento das nossas estradas, quero aqui saudar o facto do Orçamento do Município para 2016 contemplar a beneficiação da Rua Dr. Mariano Carvalho, junto ao recinto das festas.

Saúdo também a iniciativa do Senhor Presidente da Câmara Municipal com a criação do Plano de Beneficiação da Rede Viária Municipal 2016-2020. Saúdo a iniciativa porque é muito importante o arranjo das estradas de todas as nossas freguesias, mas, Senhor Presidente quero saudá-lo pela forma como está a ser construído o Plano para arranjar as nossas estradas, a forma como está a envolver as Juntas de Freguesia no Plano que irá levar à Reunião de Câmara.



Neste ponto, realçamos com agrado o facto de ter terminado já neste mandato as obras da estrada de Santana e queremos inscrever no Plano de Beneficiação de Estradas a Rua Ramalho Ortigão, a Rua Santana/Estação, a Travessa da Jarega e que, aquando da intervenção este ano, na Rua Mariano Carvalho, possamos alcatroar o Beco Mariano Carvalho.

Senhor Presidente da Assembleia,  
Ouriquenses,

A preparar o futuro, vamos trabalhar no projeto e procurar financiamento para termos mais um Parque de Lazer, uma zona de estacionamento e uma área de mercado junto ao Jardim Central, com a construção de um equipamento desportivo.

A preparar o futuro, vamos elaborar um projeto de requalificação do Largo do Casal d'Oiro, mais conhecido pelo Largo das Mulheres.

Pelo futuro de Vila Chã de Ourique, pela minha parte e pela parte do PS, vamos continuar a trabalhar com todos, envolvendo a nossa população nas decisões que tomamos.



É meu entendimento que só podemos construir um compromisso de futuro para a nossa terra se tivermos a capacidade de mobilizar e de envolver a nossa população nas principais decisões que temos para tomar, nestes tempos que não são fáceis do ponto de vista financeiro.

É por isso que quero terminar como comecei. Saudando esta iniciativa de descentralizar as reuniões da Assembleia Municipal por todas as freguesias.

Temos todos o dever de respeitar as diferenças e as divergências que são próprias de um regime democrático e livre onde todos queremos continuar a viver.

Mas também é obrigação de todos trabalhar para deixar uma freguesia melhor para as gerações vindouras do que aquela que a nossa geração encontrou.

É com essa vontade e com essa determinação que vamos todos trabalhar pela nossa terra.

Por fim, para terminar, quero prestar reconhecimento público às trabalhadoras e aos trabalhadores da nossa Junta de Freguesia pelo empenho e dedicação que colocam ao serviço dos Ouriquenses, das nossas empresas e das nossas instituições.

Vila Chã de Ourique, 25 de Fevereiro de 2016

Exº Senhor Presidente da Mesa e respetivos membros da Assembleia Municipal

Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exºs Membros da Assembleia Municipal

Comunicação Social e Público presente

Estimados Ouriquenses

A minha intervenção, enquanto membro da bancada do Partido Socialista, pretende abordar dois temas que considero importantes e relevantes no contexto em que atualmente nos encontramos.

São eles:

- **A acção dos órgãos políticos**, Junta de Freguesia e Município do Cartaxo, no trabalho desenvolvido em VCO até este momento;

- **O trabalho desenvolvido pelo associativismo**, através das associações, coletividades e clubes de VCO;

Em relação à **acção dos órgãos políticos (JF VCO e CMC)**, destacaria:

- **A resolução do problema da "lixreira" no centro da vila**, cuja resolução se arrastava há demasiado tempo e com potencial para termos à porta de casa um problema de saúde pública;
- **Retirada das gruas dos terrenos da Imocom**, uma questão de segurança pública, que finalmente foi solucionada, e oferece agora mais tranquilidade à população, mas benefício da harmonia ambiental e do negativo impacto visual que provocava;
- **Intervenção na Escola Primária N.º 1**, com um investimento a rondar os € 5.400,00 oferece agora condições às crianças, não só para usufruírem de um espaço coberto para brincar, em tempos de chuva, através reparação realizada na cobertura na zona do recreio, mas também mais comodidade, com instalações sanitárias renovadas e melhoramentos ao nível dos revestimentos e pinturas;
- **Limpeza urbana/Espaços verdes**, se calhar muitos dos presentes não têm essa consciência, mas VCO continua a ser uma das freguesias mais limpas e cuidadas do concelho do Cartaxo. Há espaço para melhorar? Claramente que sim, principalmente nas zonas limítrofes da vila, é um trabalho que requer continuidade...

Em relação ao **Trabalho desenvolvido pelo associativismo em VCO**, destacaria:

- **Inauguração do novo parque infantil**, numa iniciativa conjunta entre a JFVCO e a comissão de festas "Cinquentões 2007". Quero realçar a atitude e congratular a comissão de festas pela oferta deste equipamento, que permite dar uma nova vida aquele local e grandes alegrias e momentos de brincadeira às crianças de VCO;
- **Papel do Associativismo**, em tempos difíceis como os que vivemos, em que as pessoas andam desanimadas, sem perspectivas de futuro, sem razões para sorrir, é de louvar o papel do associativismo, e aqui, com particular destaque para o de VCO, e para todos aqueles que, envolvidos de forma voluntária, têm uma função

## **Assembleia Municipal Descentralizada**

### **Centro Social Ouriquense**

**25/02/2016**

#### **Grupo Municipal PV-MPC**

**Anexo n.º 7**  
**Assembleia Municipal do Cartaxo**  
**Ata n.º 1 | 25 de fevereiro de 2016**

Muito boa tarde!

Em primeiro lugar quero cumprimentar:

- I. Todos os Ouriquenses aqui presentes no público;
- II. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e os seus Secretários;
- III. Todos os Deputados Municipais;
- IV. O Sr. Presidente da Câmara, e todos os Vereadores, e um cumprimento especial para o Sr. Vereador Nuno Nogueira, que é filho da terra;
- V. Para os meus colegas de direção do Centro Social Ouriquense;
- VI. E por fim, para a Comunicação Social aqui presente.

A intervenção vai no sentido, de estarmos hoje aqui presentes a realizar a Sessão da Assembleia Municipal descentralizada na minha terra, e na casa onde tenho o orgulho de pertencer já alguns anos como elemento da direção.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal permita-me que descreva de forma célere, um pouco da história desta casa, que este ano comemora o seu trigésimo segundo aniversário, pelo qual vou falar como Membro desta Assembleia, e como Diretor do Centro Social:

- I. O Centro Social Ouriquense resulta do sonho de um “grupo de carolas” definição transcrita na ata de constituição da colectividade, pelo grupo de pessoas que iniciou este projeto, na altura registado como Comissão de Obras do Centro Social Ouriquense, e que superando todas as dificuldades, e foram muitas, conseguiram, com determinação, suor e coragem, atingir o objetivo a que se propuseram. CRIAR NA FREGUESIA UMA INFRAESTRUTURA ÚNICA PARA ALBERGAR COM DIGNIDADE TODAS AS COLETIVIDADES EXISTENTES, confirmando-se que os Ouriquenses quando se unem em torno de uma causa, a levam por diante, independentemente de todas as contrariedades.

Após o arranque do projeto, os fundos angariados vieram essencialmente dos diversos executivos da Junta de Freguesia, população em geral, grupos de inspecção, empresários ouriquenses, anónimos, e por alguns executivos da Câmara Municipal do Cartaxo.

Para angariar verbas, a comissão instaladora produziu um vasto leque de atividades que ainda hoje algumas perduram, nomeadamente o Cortejo e Eleição da Rainha das Vindimas, com a primeira edição em 1983, e que



atualmente faz parte de um evento municipal, organização das festas anuais quando ainda não existia o conceito dos cinquentões, bailes, teatro, provas desportivas, nomeadamente no 1º de Maio, e inúmeras outras actividades que permitissem angariar fundos para erigir estes 1300m2, que presentemente nos servem de teto.

- II. Atualmente, além da componente recreativa e de cedência do espaço para festas, bailes e eventos, tem em funcionamento uma secção de ginástica para crianças, escola de música, aulas de karaté, aulas de zumba e grupo de danças medievais, tendo a direção como objetivo lançar no próximo mandato, uma secção de Petanca e outra de Teatro.
- III. Desde 2009 que o Centro Social Ouriquense em resposta ao convite efetuado pela Junta de Freguesia, colabora, e coloca à disposição toda a infraestrutura técnica e humana, para permitir dar conteúdo histórico e digno às Comemorações da Batalha de Ourique, que embora suscite dúvidas quanto à sua localização, ajuda a afirmar e a enriquecer a localidade e o concelho como fator perpetuador da memória coletiva, estando envolvidos diretamente na sua execução cerca de 120 colaboradores, possuindo atualmente um stock invejável em matéria de vestuário medieval, adereços infraestruturas e equipamento que habitualmente nos é solicitado nos eventos recriados, como por exemplo para a Feira Medieval do Agrupamento Marcelino Mesquita no Cartaxo, para a Freguesia de Pontével, Valada e para o próprio Município.
- IV. Na presente data, o Centro Social Ouriquense já se encontra a diligenciar no sentido de apurar se existem condições para levar a efeito a edição de 2016, que decorrerá no próximo mês de Julho. Para que o evento tenha êxito, será necessário o empenhamento e vontade do executivo da Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique, e também do Município, uma vez que se vai assinalar um feito histórico que o concelho do Cartaxo, quer queira, quer não, está intimamente ligado!

No início do atual mandato autárquico, a Câmara Municipal do Cartaxo considerou as Comemorações da Batalha de Ourique como sendo uma das suas principais bandeiras, a par do bicentenário da elevação do Cartaxo a Concelho, e dos 160 anos do nascimento de Marcelino Mesquita, no entanto, verifica-se que após esse ano, o envolvimento da Câmara Municipal voltou a ser praticamente nulo, ou apenas de circunstancia.

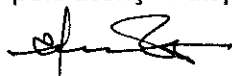
Nesse mesmo ano, perante a situação política entretanto verificada no executivo de Vila Chã de Ourique, e a necessidade de levar por diante o evento, a Câmara assumiu pagar a verba referente ao valor da equipa que foi contratada para a recriação da batalha e das atividades desenvolvidas, no entanto, até ao momento não foi honrado esse compromisso, sendo que a

 forma de pagamento para nós não é importante, seja por via de protocolo via Junta de Freguesia, ou outra.

De referir que na edição de 2015, a Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique, e o Centro Social Ouriquense tiveram o seu poder negocial diminuído, devido ao facto da dívida contraída no ano anterior, ainda estar por saldar, o que aproveitamos para obter esclarecimento junto do Sr. Presidente de Câmara Municipal.

- V. Resumidamente em matéria financeira, o Centro Social Ouriquense possui um défice mensal nas suas contas, que apesar de toda a atividade que possui, as receitas não chegam para cobrir as despesas, que atingem o montante mensal de cerca de 400,00€, sendo que o retorno da colaboração desta associação com a Junta de freguesia nas Comemorações da Batalha de Ourique, é o garante, que nos permite até à data manter em atividade sem ter dívida.
- Para finalizar gostaria saber junto do Sr. Presidente de Câmara Municipal o que tem perspectivado em relação ao futuro das Comemorações da Batalha de Ourique e qual o real interesse do Município nesta questão.

Obrigado pela atenção dispensada.





## Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo

### **INTERVENÇÃO SOBRE A FREGUESIA DE VILA CHÃ DE OURIQUE**

**Data: 25 de fevereiro de 2016**

**N.º de Páginas: 4**

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal,  
Exmos. Membros da Assembleia Municipal,  
Exmo. Presidente de Câmara e Senhores Vereadores,  
Público presente e Comunicação Social,  
Um cumprimento especial para os Fregueses de Vila Chã de Ourique

Estamos uma vez mais a realizar uma assembleia fora dos Paços do Concelho, vindo de encontro às populações, às freguesias do nosso concelho. Esta primeira referência serve para registar o agrado com vemos esta iniciativa por parte do Sr. Presidente da Assembleia. A ação política deve aproximar-se dos cidadãos e esta assembleia descentralizada contribui para tal.

Dito isto e porque estamos na freguesia de Vila Chã de Ourique, o Grupo do PSD nesta Assembleia gostaria de trazer aqui alguns temas que entendemos estarem providos da atualidade que se impõe para a discussão dos mesmos:

- Em primeiro lugar gostaríamos de relembrar a questão do “buraco” deixado pela falência de uma empresa que quis trazer para Vila Chã de Ourique um investimento colossal traduzido num hotel, numas caves – que todos conhecem certamente. Mas a verdade é que tal propósito mais não fez do que abrir uma



## **Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo**

gigantesca “ferida” que, dado o seu tamanho, se pode ver nas imagens de satélite... Os autarcas do PSD, desde logo na Assembleia de Freguesia, mas também na Câmara Municipal e aqui também na Assembleia Municipal, têm alertado para este problema, sobretudo para as questões que têm que ver diretamente com a segurança de pessoas e bens. No início deste ano, os eleitos da Assembleia de Freguesia pediram ao executivo uma visita àquelas instalações. Os senhores vereadores do PSD também acompanharam este pedido. Até agora não obtivemos resposta! Entendemos ser importante que a mesma aconteça rapidamente, de forma a que todos possamos tomar a melhor consciência do problema. Gostaríamos de ouvir do Sr. Presidente de Câmara sobre o ponto de situação deste processo. E para quando tal visita?

- Um outro assunto que preocupa os eleitos do PSD, aqui em Vila Chã de Ourique, como também o nosso grupo na Assembleia Municipal, tem que ver com a Escola Básica n.º 1. Desde Junho de 2015 que se espera por um projeto de arquitetura da parte da Câmara Municipal para a intervenção naquelas instalações. Em causa está uma sala de refeições para os professores e uma sala para computadores que muito beneficiarão a comunidade escolar local. Para quando a resolução deste processo?
- Gostaríamos depois de chamar a atenção para o estado da Rua Mariano de Carvalho junto ao Pavilhão das Festas. Recordamos que em Setembro de 2013 estavam lá as máquinas, supostamente para o arranjo daquela rua. Entretanto as mesmas saíram de lá e a rua continua a necessitar de intervenção, está cada vez



## **Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo**

em piores condições. Está o executivo em condições de nos dizer o estado deste processo. As obras são para avançar ou não?

- Ainda sobre outra artéria desta freguesia, pelo menos em parte, foi-nos transmitida a preocupação da população sobre a Rua Professor Jaime Soares da Costa – para quem não identifica imediatamente estamos a falar da estrada que liga Vila Chã de Ourique ao nó da A1 – onde se está a verificar um intenso e desgastante tráfego de veículos pesados. Julgamos que o alcatrão que aí foi colocado não está preparado para essa intensidade de trânsito pesado. Está a Câmara alertada para esta situação? Pensa o executivo limitar este trânsito, regulamentá-lo, ou o mesmo vai continuar a circular livremente?
- Gostaríamos também de obter esclarecimentos sobre um assunto que, inclusive, já anda a ser falado fora de portas, que é como quem diz noutras localidades, nomeadamente do nosso distrito. E não pelos melhores motivos. Reportamos ao pagamento de dívidas relativas à Feira Medieval de 2014. Trata-se de um evento que o Sr. Presidente de Câmara já elogiou publicamente dizendo que tal evento se deveria tornar “mais marcante no concelho e na região”. Acompanhamos a opinião do Sr. Presidente de Câmara, mas lamentamos saber que noutras localidades onde estão presentes aqueles que são contratados para abrilhantar estas Comemorações da Batalha de Ourique, o bom nome do Cartaxo, de Vila Chã de Ourique, está a ser denegrido pelo facto dessas pessoas reclamarem dessa dívida publicamente. Gostaríamos de saber da parte do executivo se assume esta dívida e se a vai pagar, e quando? Ou se, pelo contrário, ela deverá ser paga pelo



## **Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo**

Centro Social ou pela Junta de Freguesia... A situação, tal como está, não aproveita a ninguém.

- Finalmente, os eleitos do PSD nesta assembleia, estão preocupados – acompanhando certamente a população – quanto ao mais recente episódio que envolve o Estrela Futebol Clube Ouriquense. Ouvimos falar que o Novo Banco reclama do Clube uma quantia de cerca de 350 mil euros, fruto de um empréstimo, salvo erro de 2006 ou 2007, no valor de 450 mil euros. Este é um empréstimo que terá sido “confortado”, pela Câmara Municipal do Cartaxo. E dizemos “confortado” porque ouvimos falar de uma carta de conforto passada pelo então presidente Paulo Caldas. Sabemos todos das dificuldades que o Clube terá na sua liquidação, sabemos também das dificuldades da Câmara Municipal. Pedimos esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre esta matéria, pois em causa não estão 3 mil euros ou 30 mil euros mas sim umas boas centenas de milhar! Preocupa-nos esta situação quando pensamos que poderá estar em causa a atividade desportiva do Clube. Sabemos da disponibilidade da atual direção que saudamos, mas tal não bastará se esta quantia for executada. Como pensa o executivo intervir neste processo, se é que vai intervir?

Terminamos, mais uma vez saudando todos, em especial a população de Vila Chã de Ourique, esperando que estas nossas preocupações, que são também preocupações desta freguesia, possam ser resolvidas ou pelo menos atenuadas.

Pelo Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo,

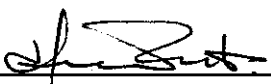
Pedro Barata

# PV-MPC

O Grupo Municipal PV-MPC, solicita a prorrogação por mais trinta minutos do período antes da ordem do dia

O Líder do Grupo Municipal PV-MPC

25 Fevereiro de 2016



---

Hélder Manuel Anacleto

Sessão 25/2/2016

Proposta nº 1

A favor da Universidade



Cartaxo

## Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo

### PROPOSTA

Data: 25 de fevereiro de 2016

N.º de Páginas: 3

Assunto: PROJETO DE CIDADANIA ATIVA – JOVEM AUTARCA

O projeto “**Jovem Autarca**” implementado recentemente pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e que conta com duas edições, tem por base o projeto *Young Mayor* desenvolvido pelo município de *Lewisham* no Reino Unido o qual conta como objetivos fundamentais potenciar comportamentos de cidadania, valorizando as opiniões dos jovens nomeadamente, as suas ideias e perspetivas para o futuro.

Propõe-se assim dar a oportunidade a um jovem de assumir uma posição ativa nas decisões do seu concelho, desempenhando o papel de porta-voz dos seus pares e corresponsabilizando-o pela gestão de um orçamento a ele atribuído, no sentido de desenvolver e concretizar os projetos que idealizou, numa ótica de diálogo e sustentabilidade.

O processo de escolha do jovem autarca deverá seguir uma lógica democrática, sendo este eleito pelos jovens que frequentem o ensino no concelho, assim como por aqueles que já não frequentando tenham aí a sua residência. O mandato terá a duração de um ano, de forma a permitir ao jovem conciliar as suas atividades escolares e extracurriculares com as funções de autarca, estando este limitado a um único mandato de exercício de funções.

As escolas deverão colaborar na elaboração dos cadernos eleitorais, através da cedência de listagens dos seus alunos com as idades definidas para participar na eleição, que se propõe dos 11 aos 17 anos. Deverão constar nas listagens o nome completo do aluno, data de nascimento e ano de escolaridade que frequenta. Deverá ainda ser designado um professor que assumirá a função de interlocutor entre a escola e a equipa que coordena o projeto, colaborando nos processos de sensibilização, bem como nas questões logísticas relacionadas com o período de campanha e ato eleitoral, nomeadamente do que refere à designação de dois alunos para cada mesa de voto.

A calendarização do processo deverá dividir-se pelas seguintes fases:

- **Período de recenseamento** – Destinado essencialmente aos jovens que não se encontrem a estudar nas escolas do concelho mas que residam no mesmo. Propõe-se que o recenseamento



## Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo

seja efetivado via online, através do envio do nome completo, data de nascimento, morada, escola e ano que frequenta, para o gabinete da juventude do município do Cartaxo, com o assunto "recenseamento Jovem Autarca";

- **Sessões de apresentação e sensibilização do projeto** junto dos alunos nas escolas;
- **Período de apresentação de candidaturas** – Propõe-se que as candidaturas, subscritas por um conjunto de 50 jovens eleitores, devam ser enviadas presencialmente ou por *email* para o gabinete da juventude do município do Cartaxo. Propõe-se que os candidatos tenham idades entre os 13 e os 17 anos e que as mesmas candidaturas, sejam limitadas a um número fixo previamente estabelecido e tendo por base um conjunto de critérios (ordem de chegada, devido preenchimento dos formulários de candidatura etc.);
- **Avaliação final das candidaturas** pelo gabinete da juventude da Câmara Municipal do Cartaxo;
- **Apresentação e divulgação dos resultados das candidaturas** – Deverão ser apresentadas as candidaturas válidas;
- **Período de formação e preparação da campanha eleitoral** – Deverá ser prestada toda a informação referente à campanha eleitoral sensibilizando os jovens candidatos para as regras democráticas;
- **Campanha eleitoral** – Propõe-se a organização de debates com todos os candidatos em cada uma das escolas - Cada um dos candidatos deverá ter a possibilidade de realizar um vídeo, com um máximo de 3 minutos, nas instalações do município e com o apoio dos técnicos da autarquia. Poderá ainda distribuir folhetos com a sua fotografia e a mensagem que quer transmitir. As fotografias deverão ser tiradas no mesmo dia em que se realiza o vídeo e nas mesmas condições. Os folhetos obedecerão ao mesmo formato e serão impressos em igual quantidade para todos os candidatos, variando apenas a mensagem, dentro de um limite fixo de caracteres. Para além deste material, cada candidato poderá ainda ter uma t-shirt alusiva à sua candidatura. A cada candidato deverá ainda ser dada a oportunidade de produzir outros vídeos e material promocional, desde que encontre patrocínios que assegurem os custos dos mesmos. Os grandes momentos de campanha deverão ser os debates, organizados em articulação com o interlocutor da escola, nos quais deverão estar presentes todos os candidatos.
- **Dia das Eleições** – As mesas de voto serão instaladas em todas as sedes de agrupamento de escolas do concelho, estando abertas entre as 09h00 e as 17h00. Para quem não estuda na comunidade, o voto poderá ser enviado para o Gabinete da Juventude, via postal, a partir de quinze dias antes das eleições.
- **Apresentação dos resultados e tomada de posse do Jovem Autarca** em local a definir.
- **Reuniões de trabalhos** com periodicidade que se propõe quinzenal.



## **Grupo do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo**

As óbvias dificuldades financeiras do Município podem levar à alteração do modo de apoio a todo o processo, nomeadamente no material, no entanto o programa do projeto deverá ser em tudo semelhante. Propõe-se ainda que a discussão dos moldes do Jovem Autarca seja alvo de discussão e respetivo parecer nos Conselhos Municipais da Educação e Juventude.

Esta proposta visa assim ser um contributo à ótica de modelo de Orçamento Participativo e que, tem como pressuposto o envolvimento da comunidade jovem e estudantil. A JSD Cartaxo considera ainda que este projeto pode ser um contributo ou um complemento ao Orçamento Participativo Escolar que se propõe realizar no concelho do Cartaxo. O Jovem Autarca propõe dinamizar a participação cívica e democrática entre os mais jovens, inculcando no entanto um sentido de responsabilidade.

Os benefícios são evidentes, quer pela natureza da iniciativa quer pelos resultados demonstrados onde o programa se encontra em vigor, assim:

- Reconhecendo a necessidade de ter uma sociedade mais empenhada na construção do nosso futuro coletivo, na sustentabilidade das nossas organizações e na qualidade da nossa democracia;
- Sabendo que o futuro do nosso concelho dependerá muito da participação ativa dos nossos jovens nas organizações públicas e privadas locais;
- Aceitando como responsabilidade desta Assembleia Municipal e do executivo Municipal a promoção da cidadania e da participação cívica;
- Tendo consciência que o distanciamento dos jovens, e mesmo dos menos jovens, da atividade política em Portugal é uma realidade cada vez mais preocupante.
- Com vista à promoção de práticas de cidadania, de valorização da opinião dos jovens, das suas ideias e perspetivas para o futuro, e tendo por base o acima exposto;

Os eleitos do PSD nesta Assembleia Municipal, requerem que a presente proposta seja aprovada e endereçada ao executivo municipal, para que este tome as diligências necessárias de forma a numa próxima sessão desta assembleia, ser apresentada uma proposta para aprovação do "Projeto de Cidadania Ativa – Jovem Autarca".

Cartaxo, 25 de fevereiro de 2016

**Gonçalo Gaspar, Vera Marques, Luísa Pato, José Barroso e Pedro Barata.**



**Anexo n.º 11**

Assembleia Municipal do Cartaxo  
Ata n.º 1 | 25 de fevereiro de 2016

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

**Câmara Municipal investe na melhoria das Escolas do Concelho**

Apuando  
13 votos a Fure (PS)  
14 Absentes  
(7 P+MPC)  
(5 PSD)

Apesar das graves restrições financeiras, o Município do Cartaxo tem tido como uma das suas prioridades, durante o presente mandato autárquico, o investimento na melhoria dos equipamentos escolares, nomeadamente em obras de manutenção, reparação e criação de novas condições nas escolas de ensino básico e jardins de infância do concelho.

Durante o ano de 2015 e 2016, decorreram e irão decorrer diversas intervenções, onde saudamos a ação do executivo camarário e destacamos:

- EB1 n.º 1 de Vila Chã de Ourique: € 5.400,00 na melhoria do espaço exterior com a reparação da cobertura de alpendres e dos revestimentos de paredes e tetos.
- EB1 dos Casais Penedos: Cerca de € 7.000,00 na remoção de cobertura em fibrocimento e na sua substituição por placas "sandwich", aliada à demolição de um quiosque no centro da cidade do Cartaxo.
- EB1 José Tagarro: € 8.500,00 na requalificação e adaptação de sala e instalação sanitária dedicada à Unidade de Ensino Estruturado, com todas as condições para responder às necessidades específicas das crianças.
- Jardim de Infância de Vale da Pedra: € 1.000,00 em melhoria das instalações do refeitório.
- EB1 da Ereira: € 10.850,00 na demolição de anexo e construção de telheiro.



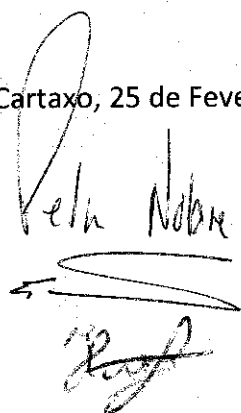
Considerando que a melhoria das condições dos estabelecimentos de ensino, a sua manutenção e valorização, são uma das prioridades do Partido Socialista.

Considerando que, além das intervenções descritas e efectuadas pela Câmara Municipal, o atual executivo camarário, no ano de 2015, através dos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, transferiu para estas autarquias cerca de 131 mil e 500 euros para pequenas intervenções, assim como para manter e cuidar dos espaços envolventes aos estabelecimentos de ensino básico e pré-escolar, de acordo com as respetivas delegações de competências.

Saudando a forte parceria e envolvimento ativo dos pais e encarregados de educação, dos docentes e não docentes, das direções dos agrupamentos escolares, na melhoria dos espaços escolares e na dinamização de eventos para angariação de fundos.

O Partido Socialista do Cartaxo propõe que a Assembleia Municipal aprove um voto de congratulação ao executivo camarário pela sua atuação e intervenção na requalificação dos equipamentos escolares do nosso concelho.

Cartaxo, 25 de Fevereiro de 2016





**Anexo n.º 12**

Assembleia Municipal do Cartaxo  
Ata n.º 1 | 25 de fevereiro de 2016

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

Aprovado  
14 FAVOR (13 PS + 1 PVAPC)  
5 ABSTENÇÕES (5 PVAPC)  
7 CONTRA (5 PSD + 2 CDU)

**PLANO DE BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL 2016/2020**

Considerando o esforço realizado pelo executivo camarário, nos dois primeiros anos de mandato autárquico, na consolidação financeira municipal, onde teve que resolver vários problemas de litigância com fornecedores, instituições bancárias e autoridade tributária aduaneira e, em simultâneo, garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Considerando o esforço realizado pelo executivo camarário, até à presente data, em concluir infraestruturas rodoviárias, que se encontravam suspensas há vários anos – Ladeira do Moinho Saloio, Rua do Prioste, Estrada do Setil, conclusão do asfaltamento da Estrada de Santana e das infraestruturas do ValleyPark – Parque de Negócios do Falcão.

Considerando que o atual estado de conservação da rede viária municipal, nomeadamente na malha urbana da nossa cidade e das nossas freguesias, está bastante degradada, devido ao desinvestimento realizado nestes últimos anos nestas infraestruturas municipais.



Sabendo que o executivo camarário está a elaborar um **Plano de Beneficiação da Rede Viária Municipal 2016/2020** e considerando que este plano visa recuperar os pavimentos, os passeios pedonais e as condições de drenagem pluvial, tendo sido solicitado aos executivos das Juntas de Freguesia os seus contributos e identificação das intervenções, ordenando as mesmas por prioridades.

Sabendo que, a este plano será alocada uma verba anual de cerca de 400 mil euros, inscrita no orçamento municipal para 2016 e também incluída no projeto apresentado à direção executiva do Fundo de Apoio Municipal, no passado dia 1 de dezembro de 2015.

O Partido Socialista do Cartaxo propõe que a Assembleia Municipal aprove um voto de congratulação ao executivo camarário pela sua atuação e pelo seu empenho em encontrar soluções que vão requalificar a rede viária municipal.

Cartaxo, 25 de Fevereiro de 2016

## Nota à Comunicação Social

**Anexo n.º 13**  
Assembleia Municipal do Cartaxo  
Ata n.º 1 | 25 de fevereiro de 2016

• Data 1 março 2013

### **CARTAXO REFORÇA INVESTIMENTO EM ÁGUA E SANEAMENTO**

*Assembleia aprovou adenda ao contrato com a concessionária Cartágua, garantindo que o tarifário é atualizado apenas no valor do IHPC (índice harmonizado de preços no consumidor) e não sofre qualquer aumento extraordinário para 2013.*

Na sessão da Assembleia Municipal do Cartaxo, que decorreu no passado dia 28 de fevereiro, foi aprovado o Contrato Adicional ao Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo.

Este Contrato Adicional (CA) foi apresentado por Paulo Varanda, Presidente da Câmara Municipal, tendo este explicado que: “as alterações agora propostas vêm dar resposta a duas exigências – a primeira resultante da vontade da população, expressa em Assembleia Municipal, em relação ao preço da água, que ainda não estava formalizada no Contrato e que a Câmara quer assegurar, e a segunda por imposição legal (Lei 194/2009, de 20 de agosto)”.

O autarca reforçou que “esta é uma oportunidade para que aquilo que as pessoas foram exigir em 2011, ao Centro Cultural, passe a ter força jurídica irrevogável. Esta revisão foi, de facto, um compromisso assumido perante a população nessa altura e que o Município deve e quer cumprir”, afirmou Paulo Varanda acrescentando que “os tempos de dificuldade extrema que as nossas famílias vivem, não se compadecem com populismos de quem vê nesta questão

uma oportunidade de ter protagonismo político, fomentando a confusão e impedindo o cumprimento da vontade da população. O Tarifário aqui aprovado cumpre, na íntegra, o que foi decidido em Assembleia Municipal, de acordo com a vontade das pessoas – o aumento apenas reflete a inflação e os valores impostos pelo Instituto Nacional de Estatística”.

O aumento do tarifário fica, assim nos 2,1% “muito diferente dos 7,6% apontados pelo Bloco de Esquerda que mais não teve que a intenção de lançar a confusão junto dos cartaxeiros, numa atitude que lamento, por não respeitar as verdadeiras preocupações das pessoas. Mas o tempo e os factos serão juizes de quem faz da política campo de batalha e não campo de entendimento e de criação de soluções”, declarou Paulo Varanda na sua intervenção.

**No CA aprovado, o Plano de Investimentos passa a refletir a realidade atual.**

Paulo Varanda lembrou que o Plano de Investimentos que estava no contrato inicial partia do pressuposto que o Município pagaria 40% desses investimentos (cerca de 3 milhões de euros), “hoje sabemos que não há condições financeiras para cumprir esta intenção, especialmente depois do Governo ter retirado as verbas que devíamos receber de fundos comunitários”, acrescentando que “não vale a pena tapar o sol com a peneira, não temos disponibilidade financeira, mas temos a possibilidade de dar à população as condições de saneamento e fornecimento de água que são exigíveis, vamos fazê-lo passando a responsabilidade dos investimentos – das obras, das canalizações, da construção das ETARs, para a Cartágua. Isto, sem aumentar o tarifário”.

O Município conseguiu negociar, com a concessionária, que as obras necessárias sejam feitas por esta, libertando o município da contrapartida financeira que estava prevista inicialmente e “com a aprovação deste CA, a concessionária fica obrigada a começar imediatamente as obras de saneamento

do sistema Casais da Amendoeira, Casais dos Penedos, Vale da Pinta, Ereira/Lapa, Vale da Pedra/Casais Lagartos, Valada/Porto de Muge e Reguengo” afirmou o autarca.

### **Comissão de Acompanhamento foi constituída**

No mesmo dia, em reunião da Câmara Municipal – órgão que tem a competência exclusiva para a sua constituição -, foi aprovada a criação da Comissão de Acompanhamento que irá seguir a atividade da Cartágua e avaliar a execução do Contrato.

Para além desta Comissão de Acompanhamento, também a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal continuarão a exercer a sua competência de controlo sobre o Contrato de Concessão, que é sempre fiscalizado pela Entidade Reguladora de Saneamento de Águas e Resíduos (ERSAR), assim como pelo Tribunal de Contas - entidade a quem são prestadas contas anuais e dados para as auditorias que considerar necessárias.

O CA agora aprovado já foi objeto de apreciação da ERSAR e vai ser submetido à apreciação do Tribunal de Contas.